Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira,
20, 21 e 22 de julho de 2024
Ano CVII ● Número 29.656
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

PRESIDENTE DA ITÁLIA VISITA O BRASIL

Acordos econômicos e culturais e investimentos estratégicos em energia.
Por Edoardo Pacelli, **página 2**

VACINA CUBANA CONTRA CÂNCER

Cuba oferece ciência para salvar vidas, EUA discutem manter guerras.
Por Beto Almeida, **página 2**

ENERGIA NEOLIBERAL AFETA MAIS QUE CLIMA

Famílias nos EUA e na Espanha não conseguem pagar contas de luz.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Refinaria privatizada em Manaus deixa de refinar

Antiga Reman só está operando como importadora

A Refinaria da Amazônia (Ream), a antiga Refinaria Isaac Sabbá (Reman), no Amazonas, privatizada em dezembro de 2022, paralisou sua produção e está operando apenas como estrutura de apoio logístico para a distribuição de derivados importados.

A denúncia foi feita pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo e Derivados do Estado do Amazonas (Sindipetro-AM) e encaminhada à Federação Única dos Petroleiros (FUP). A Ream, controlada pelo grupo Atem, alega parada de manutenção intensiva em toda a unidade e por isso teria sido necessário suspender temporariamente as atividades de refino.

"A explicação da empresa não coincide com os fatos. Muito estranho, pois não se vê ritmo e movimentação de parada de manutenção, processo que exige contratação de empregados para acompanhar e fazer o serviço. O que estamos vendo é a demissão de trabalhadores, mais de 40 deles foram desligados nos últimos dias", destaca o coordenador-geral do Sindipetro-AM, Marcus Ribeiro. Segundo ele, "a refinaria não está produzindo nada e se transformou, na prática, em terminal logístico".

A FUP e o Sindipetro-AM sugerem que a Petrobras intervenha na Ream e constate se o grupo Atem quer se desfazer do ativo ou realizar parceria com a estatal.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou, nesta sexta-feira, as privatizações e exaltou a importância de empresas estatais estratégicas como o BNDES, ao anunciar financiamento para a Embraer fabricar e exportar 32 aeronaves comerciais para a American American Airlines.

O presidente brasileiro lembrou que durante o governo de Michel Temer (2016-2018), o Governo Federal, que tem participação minoritária na Embraer mas detém a *golden share* nas decisões de Defesa, aprovou a venda da ex-estatal à norte-americana Boeing, operação que ficou frustrada algum tempo depois devido à desistência do comprador, por motivos financeiros.

CIJ considera ilegal ocupação de Israel na Palestina

Parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça (ou Corte Internacional de Justiça, CIJ) considerou ilegal a presença de Israel nos territórios palestinos ocupados. O principal tribunal da ONU afirmou no seu parecer não vinculativo divulgado nesta sexta-feira que os assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental violam o direito internacional, apelando a Israel para pôr fim à sua presença nos territórios ocupados "o mais rapidamente possível".

A decisão suscitou reações contrastantes dos dois lados. Em comunicado, a presidência palestina saudou-a como um "triunfo da justiça", instando a comunidade internacional a pressionar Israel a pôr fim à ocupação "sem condições ou exceções". A declaração também sublinhou a decisão da CIJ como uma reafirmação da autodeterminação palestina e dos direitos de Estado.

O Hamas, que luta contra Israel na Faixa de Gaza, apelou na sexta-feira a uma ação internacional "imediata" para acabar com a ocupação dos territórios palestinos por Israel. O grupo militante afirmou em comunicado que acolheu favoravelmente a opinião da CIJ.

Israel, como não se duvidava, rejeitou a opinião do Tribunal. Em comunicado, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, afirmou que "a legalidade dos assentamentos israelenses em todos os territórios da nossa pátria não pode ser contestada".

Ele enfatizou uma suposta ligação histórica de Israel com a terra, afirmando que "o povo judeu não é conquistador na sua própria terra", referindo-se à anexada Jerusalém Oriental como parte da "capital eterna" do país. Esta versão da história é contestada por diversos países.

O ministro das Relações Exteriores, Israel Katz, ecoou as críticas de Netanyahu, chamando a opinião da CIJ de "unilateral e errada". Numa declaração separada, o ministério israelense acrescentou que o parecer consultivo tem um estatuto não vinculativo e que Israel não é obrigado a adotá-lo, acrescentando que o país está "comprometido com o direito internacional".

A CIJ emitiu o parecer consultivo em resposta a um pedido da Assembleia Geral da ONU sobre as implicações legais da ocupação de Israel.

Foto de Li Rui, Xinhua



APAGÃO CIBERNÉTICO EM AEROPORTO DOS EUA

Falha na Microsoft revela riscos de dependência de empresa privada

China e Rússia não relataram quaisquer problemas

Nenhuma informação sobre falhas na operação de sistemas em aeroportos russos foi recebida pelo Ministério de Tecnologia Digital, Comunicação e Mídia de Massa da Rússia, disse o serviço de imprensa do ministério. A situação com a paralisação global da Microsoft, chamada por especialistas de Tela Azul da Morte, reforça a importância da substituição de importação de software no país, acrescentou o ministério.

Enquanto a falha global da Microsoft revela fragilidade no ocidente, passa distante da Rússia devido às sanções norte-americanas. O órgão de vigilância de mídia da Rússia disse que não havia sido notificado por empresas russas sobre quaisquer problemas causados pela interrupção da Microsoft.

O apagão cibernético também não atingiu a China. Fontes afirmaram que não havia qualquer relato de falhas. Aeroportos na região Ásia-Pacífico, inclusive o de Hong Kong, foram afetados, entretanto os de Pequim e Xangai funcionaram normalmente.

A China deixou de usar algumas tecnologias americanas e bloqueou recentemente chips da Intel e AMD, substituindo ferramentas estrangeiras por soluções locais. Há ainda uma orientação sobre compras públicas para evitar o uso do sistema Windows em computadores do governo. **Página 8**

Safra anuncia acordo que encerra brigas por herança

A família de Joseph Safra anunciou nesta sexta-feira a resolução amigável de todas as disputas com Alberto Joseph Safra. "Nos termos do acordo, Alberto se desinvestirá de seus interesses no Grupo J. Safra e perseguirá seus interesses empresariais através da ASA. Reafirmam que seu pai, o Sr. Joseph Safra, era competente para dispor de sua herança."

De acordo com o comunicado, Alberto Safra declarou: "Estou feliz por deixar esse assunto para trás. Após esclarecimentos, entendi que não houve irregularidades, e que o patrimônio do Sr. José foi devidamente distribuído de acordo com seus desejos."

As partes também concordaram em encerrar todos os processos judiciais e arbitrais pendentes em todas as jurisdições. Os termos financeiros e outras condições do acordo não foram divulgados.

Em uma declaração conjunta, Vicky Safra e todos os seus filhos disseram: "Estamos satisfeitos em deixar esse assunto para trás e reafirmar nossos laços familiares. A resolução que alcançamos nos permitirá perseguir nossos respectivos interesses empresariais de maneiras que ajudem a garantir que o sucesso de cada membro da nossa família seja motivo de satisfação compartilhada."

Joseph Safra morreu, aos 82 anos, em 10 de dezembro de 2020. Ele era considerado o homem mais rico do Brasil, pela lista da revista *Forbes*, com fortuna de R$ 119 bilhões.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,6132
Dólar Turismo	R$ 5,8090
Euro	R$ 6,1095
Iuan	R$ 0,7707
Ouro (gr)	R$ 432,35

ÍNDICES

IGP-M	0,81% (junho)
	0,89% (maio)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

O presidente da Itália visita o Brasil

Por Edoardo Pacelli

A visita ao Brasil do presidente da República Italiana, Sergio Mattarella, destaca, ao contrário, a importância de um sistema-país que saiba combinar as necessidades institucionais com as econômicas, como destacou a presença de Flavio Cattaneo, CEO da Enel, na delegação que se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Um acordo bilateral que selou um belo trabalho diplomático, permitindo o restabelecimento de uma relação entre o grupo industrial energético italiano e a administração brasileira, que apresentava alguns sinais de fragilidade nos últimos anos.

O precioso trabalho do Quirinale seguiu-se ao trabalho realizado pelo primeiro-ministro durante o recente G7, em Borgo Egnazia, quando a primeira-ministra Giorgia Meloni convidou Cattaneo para a reunião ítalo-brasileira com o próprio Lula e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Uma abordagem do primeiro-ministro já vista na elaboração do Plano Mattei para a África, onde as principais empresas industriais italianas são protagonistas diretas da geopolítica nacional.

No Brasil, especificamente, a trajetória coordenada público-privada permitiu recuperar uma relação histórica e estratégica. Um trabalho que deu certo, como demonstram os enormes investimentos nas atividades energéticas brasileiras, que o plano industrial Enel 2024-26 prevê, o primeiro da nova cúpula, que passa de US$ 2,5 bilhões para US$ 3,7 bilhões.

O acordo firmado por Cattaneo com o reitor da Unicamp, Antonio José de Almeida Meirelles, certifica a intenção do grupo industrial de investir na formação de novos profissionais locais no setor da transição energética.

Acordos econômicos e culturais e investimentos estratégicos em energia

Além disso, como reconheceu o presidente Lula, durante entrevista coletiva conjunta com Mattarella, a Itália representa um parceiro privilegiado do Brasil no setor energético. "Os parques eólicos e fotovoltaicos das empresas italianas e o seu interesse no hidrogênio verde mostram o potencial a ser explorado nesta área. Um exemplo é o investimento de mais de R$ 2 bilhões no parque eólico Aroeira, na Bahia, construído pela Enel." Um posicionamento que Mattarella não pretendia perder.

Do ponto de vista prático, já se obteve importante resultado no que concerne à carteira de habilitação de motorista, que será reconhecida por ambos os países.

Em um encontro caloroso, o presidente Mattarella se reuniu, no dia 16 de julho, com líderes e empresários ítalo-gaúchos, reafirmando a união e o afeto entre a Itália e o Rio Grande do Sul, manifestado, igualmente, pelo envio de material em prol da população gaúcha atingida pelas recentes calamidades.

No Rio de Janeiro, Mattarella inaugurou, na Biblioteca Nacional, a exposição *Rio: Nova Roma, Alianças Culturais*, 150 anos da imigração italiana. O local foi iluminado, remotamente, por Elettra Marconi, filha de Guglielmo Marconi, inventor do rádio, que, sempre remotamente, de Roma, iluminou o Cristo Redentor em 12 de outubro de 1931

Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista **Italiamiga** *e vice-presidente do Ideus.*

A vacina cubana contra o câncer de pulmão e a eleição dos EUA

Por Beto Almeida

O início da comercialização da vacina cubana contra o câncer de pulmão na Bielorússia – a primeira do tipo no mundo – tem um significado civilizatório extraordinário para uma Humanidade açoitada por guerras, fome, contaminação ambiental, desemprego crônico etc.

Mas, sobretudo porque traz um inevitável contraste entre a pequena ilha de Cuba, bloqueada há mais de 6 décadas, com a eleição dos EUA, na qual os dois chamados candidatos – melhor se fossem descritos como criminosos de guerra – disputam, num espetáculo de terror, qual deles apresentará maior ameaça para humanidade.

Ou seja, enquanto Cuba oferece ao mundo um exemplo claro de ciência para salvar vidas, a eleição dos EUA assusta o mundo discutindo como se manterá a guerra atual ou como se abrirá uma nova frente de guerra. Ou seja, civilização e barbárie.

Enquanto Cuba comprova que o uso intenso de seus modestos recursos na prioridade para elaboração de tecnologias para a vida traz como resultado a primeira vacina contra o câncer de pulmão, os dois guerreiros que medem força na campanha eleitoral dos EUA, gritam para aterrorizar o mundo anunciando continuidade no apoio a Israel e também na continuidade de um unilateralismo neoliberal que investe preferencialmente na indústria bélica, por isso o apoio à guerra da Otan contra a Rússia, e na abertura de nova frente de guerra contra a China.

Há quem estranhe que esta vacina de Cuba inicie sua comercialização pela Bielorússia, mas basta que se informe que o bloqueio imposto pelos EUA contra a Revolução Cubana impede que os enormes avanços da biotecnologia socializada caribenha sejam compartilhados naturalmente, como se houvesse livre comércio para todos os países. Para Cuba, não há liberdade de comércio!

Há anos está em teste no Brasil, realizado pela Fiocruz, um medicamento que impede a amputação para os enfermos do chamado "pé diabético", cujas estatísticas do SUS são assustadoras. Seu uso em Cuba é comprovado há anos!

A Bielorússia não é um país submetido aos ditames da União Europeia, muito menos da Otan, portanto não é submetido à pressão oligopólica das transnacionais farmacêuticas sobre seu Ministério de Saúde, como ocorre na maioria dos países ocidentais. Razão pela qual a vacina cubana contra o câncer de pulmão, embora seja uma inegável prioridade, face as terríveis estatísticas desta enfermidade, inicia sua comercialização por aquela nação insubmissa ao otanismo neoliberal.

Olhando por outro ângulo, o bloqueio dos EUA a Cuba também prejudica muitos outros povos, que também poderiam ser beneficiados por estas conquistas científicas, mas certamente prejudica de forma drástica ao povo da Ilha.

Vale lembrar que uma das razões da guerra raivosa que se desatou contra a presença solidária de médicos cubanos no Brasil, prestando edificantes serviços de saúde em regiões que nem conheciam fisicamente médicos, era, também, impedir que a cooperação na esfera de serviços médicos se estendesse aos medicamentos que Cuba produz, e dos quais o Brasil tem enorme necessidade.

Cuba oferece ciência para salvar vidas, EUA discutem manter guerras

Vale lembrar que uma cooperação entre a Fiocuz e o Instituto Finley, de Cuba, anos atrás, permitiu a produção de uma vacina para a febre amarela, destinada a vasta regiões atingidas na África, com um preço 90% menor que os de mercado, vencendo todas as licitações da OMS. A força deste exemplo é tão grande que esta notícia fabulosa jamais foi divulgada.

A vacina cubana contra o câncer de pulmão tem tantos e tão relevantes significados para a humanidade hoje, que, certamente, os grandes meios de comunicação vão escolher o silêncio como forma de censura, porque ela também representa um qualificado reforço aos argumento de quem defende a opção por um modelo de mundo multilateral, baseado no protagonismo de Estado ao invés de escravizado por um mercado selvagem, regido por uma moeda de questionável valor fiduciário, o que explica a crescente inclinação pela redução da confiança no dólar, especialmente a partir da decisão da Arábia Saudita de interromper a prática do petrodólar, passando a comercializar petróleo também em moeda yuan, além de ingressar no Brics.

A vacina cubana, emblematicamente, é portadora de futuro, comprovando que o protagonismo de Estado e a cooperação horizontal entre países tem muito a oferecer a uma humanidade perplexa, agredida pelo terror que se pratica em Gaza, pelas desesperadas tentativas de impedir uma maioria global já constituída, já organizada no Brics, apresente uma alternativa à selvageria unilateral neoliberal fanática em guerras.

Resta apenas que este novo campo organizado, que já possui um Banco de Desenvolvimento, juntamente com o Celac e outras áreas de soberania frente às pressões dos EUA, encontre maneiras práticas – políticas públicas de saúde – que consolidem espaços seguros para a cooperação internacional com Cuba, fazendo com que suas gigantescas conquistas em saúde, já comprovadas no envio de Brigadas Médicas a países como a Itália e tantos outros, sejam acompanhadas da difusão desta e outras vacinas cubanas. Para o bem comum.

Não apenas seria uma maneira prática de combater o ilegal bloqueio a Cuba, já condenado pela quase totalidade dos países na ONU, mas, também, uma maneira de reconhecer a enorme dívida que a humanidade tem para com aquela Ilha caribenha.

O contraste é pedagógico, incontornável, intangenciável: enquanto a maior nação capitalista do mundo debate como investir em novas guerras, a Ilha de Cuba oferece ao mundo a partilha de seus modestos recursos, consignada numa vacina, que, mais que esperançosa prova de uso da ciência para a vida, é uma forma de atuar como bem público da Humanidade!

Beto Almeida é jornalista, conselheiro da ABI.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Energia neoliberal prejudica mais que o clima

Uma em cada 3 (34%) famílias espanholas não conseguem refrescar as suas casas devido aos elevados preços da energia, alertou na quarta-feira (17) a organização não governamental (ONG) Save the Children, com base em dados oficiais. O país europeu, assim como diversos outros, enfrenta um aumento nas temperaturas, que podem chegar a 44º neste final de semana.

As condições materiais, como a adequação das suas habitações, tornam as crianças especialmente vulneráveis a eventos como as ondas de calor, agravando riscos que já sofrem em termos de saúde ou desempenho escolar.

O que acontece na Espanha não é um caso isolado. Nos Estados Unidos, o custo do resfriamento no verão aumentou de US$ 476, em 2014, para US$ 719 previstos em 2024, tornando a energia cada vez mais inacessível para as famílias de baixos rendimentos. Em 2023, o gasto de energia no verão (de junho a setembro) era de US$ 661. Ou seja, um aumento de US$ 58 em 1 ano, de acordo com projeções da National Energy Assistance Directors Association (NEADA) e o Center for Energy Poverty and Climate (CEPC).

Apenas 17 estados e Washington DC contam com proteção social para impedir cortes por falta de pagamento, deixando cerca de 203 milhões de pessoas nos EUA em 33 estados susceptíveis de terem a energia desligada. Isto inclui 45 milhões das pessoas financeiramente mais vulneráveis do país.

O financiamento federal para o programa de assistência energética residencial de baixa renda caiu de US$ 6,1 bilhões (2023) para US$ 4,1 bilhões (2024) – aliás, mais uma das explicações para a perda de apoio do governo de Joe Biden entre os eleitores.

Os números mostram que, pior do que os efeitos do clima é o choque causado pelas políticas neoliberais, a começar pela privatização de serviços públicos essenciais.

Associado coreano

O Sinaval, sindicato que representa a construção naval do Brasil, se reuniu no início desta semana com o novo associado da Abeemar: Korea Marine Equipment Association (Komea), a principal associação de estaleiros e fornecedores de máquinas e equipamentos navais, offshore, petróleo e gás da Coreia do Sul. Com mais de 240 empresas associadas, a Komea é reconhecida internacionalmente por sua expertise e inovação no setor.

Diga-me com quem andas...

A "líder da oposição" na Venezuela, Maria Corina Machado, é signatária da "Carta de Madrid", documento criado em 26 de outubro de 2020 pelo partido espanhol de extrema-direita Vox, neofranquista que ataca os direitos das mulheres e minorias. Do Brasil, assinaram Bia Kicis e Eduardo Bolsonaro; da Argentina, entre outros, Javier Milei.

Sem nenhuma surpresa, o endosso de Corina não é noticiado pela imprensa brasileira.

Rápidas

A Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) celebra seus 75 anos neste domingo (21), data de sua criação, com programação infantil, a partir das 14h, e Sessão Solene, às 16h, no Campus Gilberto Freyre, em Casa Forte, no Recife *** O Américas Shopping promove, neste domingo, das 11h às 15h, campanha de adoção de animais em parceria com o grupo G.A.R.R.A. *** Em 26 e 27 de julho acontecerá, no Transamerica Expo Center em São Paulo, o Adapta Summit, o maior evento de Inteligência Artificial Generativa do Brasil.

Consumo interno de carne provoca desmatamento da floresta amazônica

A expansão da pecuária na floresta amazônica brasileira foi a principal razão do desmatamento nesta região com maior biodiversidade do mundo nas últimas seis décadas, segundo um estudo da Universidade de São Paulo. Paulo (USP) divulgado nesta sexta-feira.

Na opinião dos cientistas brasileiros, esse cenário foi forjado mais sob a pressão da demanda por carne do mercado interno do que das exportações. "A demanda externa por matérias-primas é muitas vezes considerada a principal causa do desmatamento, mas embora seja muito relevante, os mercados internos de outras regiões do Brasil exercem maior pressão", disse o coordenador do estudo Eduardo Haddad, professor da Faculdade de Economia da USP.

O estudo da equipe brasileira foi publicado na revista Nature Sustainability e divulgado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A pecuária, em primeiro lugar, e a agricultura, em segundo, foram as principais razões para o desmatamento registrado desde o século 20 na Amazônia brasileira, um bioma do qual 23% foi degradado, indicou o relatório.

"Nosso estudo mostra que 83,17% do desmatamento foi causado por demandas externas à Região Amazônica e apenas 16,83% à própria região. Dentro dos 83,17%, descobrimos que 58,68% foram devido a demandas de outras regiões do Brasil, e 23,49%, a comércio internacional", disse Haddad.

O cientista explicou que, diferentemente da carne, os grãos cultivados na Amazônia brasileira têm como destino principal o mercado externo.

Segundo Haddad, a expansão da pecuária respondeu principalmente ao crescimento do consumo de carnes, laticínios e couro em outras regiões do país. O consumo de carne no Brasil aumentou acima da média mundial a partir da década de 1960.

O estudo destaca que, com base em dados de 2015, a Amazônia foi responsável por 65% do desmatamento em todo o Brasil, e a pecuária, incluindo a praticada em terras públicas ocupadas ilegalmente, foi a principal causa do desmatamento florestal em 93,4%.

"A demanda econômica originada nas regiões mais desenvolvidas do Brasil impõe uma pressão ainda maior sobre o desmatamento na Amazônia do que as exportações internacionais. Esse conhecimento é muito relevante para orientar políticas públicas e ações da sociedade civil voltadas à preservação ou regeneração", sublinha a análise.

China investe em projetos de sumidouros de carbono florestais

A China estabeleceu metas ambiciosas de alcançar um pico de carbono até 2030 e a neutralidade de carbono até 2060, assumindo um papel proeminente na luta global contra as alterações climáticas. A Província de Heilongjiang, no nordeste da China, conhecida por seus ricos recursos florestais, lançou um sistema de comércio de sumidouros de carbono florestal como parte dos esforços do país para atingir suas metas de carbono.

"O desenvolvimento de projetos de sumidouros de carbono florestais não só melhora o ambiente ecológico, mas também aumenta a oferta de produtos e serviços ecológicos, promovendo uma interação positiva entre a proteção ecológica e o desenvolvimento econômico", disse Li Jian, acadêmico da Academia Chinesa de Engenharia.

Um sumidouro de carbono é qualquer coisa que absorva mais carbono da atmosfera do que libera, e as florestas são tipicamente sumidouros de carbono. "Como o primeiro sistema de comércio de sumidouros de carbono florestal em nível provincial iniciado pelas autoridades de florestas e pastagens, ele fornece uma boa referência para os esforços de comércio de sumidouros de carbono florestais em outras províncias", disse Guo Qingjun, funcionário da Administração Nacional de Florestas e Pastagens, na cerimônia de lançamento, realizada nesta quarta-feira (17).

Heilongjiang possui uma área florestal de 20,12 milhões de hectares, representando 8,7% do total da China e ocupando o terceiro lugar no país. O ecossistema florestal local da província tem uma reserva de carbono de cerca de 5,7 bilhões de toneladas. Além de Heilongjiang, províncias como Fujian, Guangdong e Shandong também adotaram práticas de sumidouros de carbono florestais para promover a transformação verde.

O comércio de sumidouros de carbono florestais é uma das muitas abordagens que a China está adotando para seguir um caminho verde, demonstrando o firme compromisso do país com as prioridades ecológicas e o desenvolvimento de baixo carbono.

Em linha com as duplas metas de carbono, a China tem feito esforços inabaláveis para desenvolver seu mercado de comércio de carbono. Desde 2011, o país pilotou o comércio de emissões de carbono em várias regiões para explorar mecanismos baseados no mercado para controlar as emissões de gases de efeito estufa. Um mercado nacional de comércio de emissões de carbono foi lançado oficialmente em 2021.

Até quarta-feira, o volume acumulado de licenças de emissão de carbono no mercado nacional de carbono era de cerca de 465 milhões de toneladas, com o faturamento totalizando quase 27 bilhões de yuans (US$ 3,79 bilhões), segundo dados.

Em julho, a província insular tropical de Hainan, na China, realizou a transação do primeiro projeto de comércio de sumidouro de carbono do país, localizado na floresta tropical de um parque nacional.

Três empresas assinaram um acordo de cooperação com a filial da Montanha Diaoluo do Escritório de Gestão do Parque Nacional da Floresta Tropical de Hainan para a compra de um total de 350 mil yuans em sumidouros de carbono da floresta tropical, informou o departamento florestal provincial.

Os sumidouros de carbono comercializados são originários da área da Montanha Diaoluo, localizada dentro do parque nacional, onde a Merremia boisiana, uma vigorosa trepadeira invasora prejudicial às árvores, foi removida de 667 hectares de floresta.

A remoção das vinhas ajudará a acelerar o crescimento das árvores, resultando numa redução estimada de 109 mil toneladas de emissões de dióxido de carbono ao longo dos próximos 20 anos, com o valor de negociação do sumidouro de carbono excedendo 10 milhões de yuans. As três empresas compraram sumidouros de carbono por 150 mil yuans, 100 mil yuans e 100 mil yuans, respectivamente, para compensar suas emissões de carbono e contribuir para a neutralidade de carbono.

De acordo com Niu Guimin, pesquisador da Academia de Ciências Sociais de Tianjin, a promoção de variedades e métodos diversificados de comércio de carbono é considerada uma tendência predominante. "A proteção ambiental e o reflorestamento são as contribuições da China para o mundo. Iniciativas como o comércio de sumidouros de carbono florestais revelam um futuro promissor onde a integração do valor ecológico e do valor econômico se torna aparente", disse Niu.

BR Petrobras perde liderança e Vibra tem desafio de substituir a marca

Quando analisada a participação de mercado de consumidores principais nos postos de combustíveis, três marcas concentram cerca de 82% dos consumidores principais. São elas BR Petrobras (grupo Vibra Energia) com 30,6%, Ipiranga (grupo Ultra) com 29,5% e Shell (grupo Raízen) com 22,3%. Outras redes menores dividem este mercado como: ALE, Total Energies, Carrefour, Atacadão, Assaí e outras.

O Brasil tem hoje mais de 40 mil postos de combustíveis (fonte ANP) e 8 mil lojas de conveniência que vendem combustíveis, lubrificantes, serviços automotivos, alimentos, bebidas, tabaco entre outros.

Segundo Sandro Cimatti, CEO da CVA Solutions (subsidiária da americana CVM Inc., que atua há 23 anos no Brasil e há 28 anos nos Estados Unidos), a consultoria mapeou os principais eixos de negócios, marketing e serviços junto a 4.266 pessoas em todo país, abrangendo todas as faixas de renda e de idade, em todos os estados brasileiros.

De acordo com o estudo, atributos como localização, preços atraentes, reputação da marca, loja de conveniência, filas, qualidade do combustível, boas instalações, atendentes proativos e os programas de fidelidade demonstram fazer diferença na escolha do estabelecimento preferido.

As três marcas líderes têm maior número de postos, estão presentes no mercado há mais tempo e investem mais em comunicação, lojas de conveniência e programas de fidelidade.

Valor Percebido

De acordo com Cimatti, o Valor Percebido mede o custo-benefício percebido pelos clientes. Para os 4.266 entrevistados, Benefícios pesa 33% na percepção de Valor – com destaques para Localização (23%), Reputação/Fama (19%), qualidade do combustível (19%), instalações físicas (16%), filas (6%), loja de conveniência (6%), serviço de lavagem (6%) e atendente (5%). Já os Custos pesam 67% na percepção de Valor – com destaque para preço do combustível (30%), preços da lanchonete (29%), preço da lavagem (27%) e preço do lubrificante (14%).

"As pessoas querem economizar, mas precisam confiar na qualidade do combustível. Aceitam pagar um pouco mais se não precisarem enfrentar filas enormes, se são bem atendidas pelo frentista e se encontram uma boa loja de conveniência", explica Cimatti.

O Valor Percebido unido à métrica do NPS (índice de recomendação da marca) medem a Jornada do Cliente no Posto de Combustíveis. Satisfeito, o consumidor recomenda para outras pessoas e passa a reverberar a marca em seu networking.

"No Valor Percebido, temos a liderança da Ipiranga, seguida por Shell, BR Petrobras, Assaí, ALE, Total Energies, Atacadão e Carrefour".

No NPS, a Ipiranga lidera com 64,5%, seguida por Shell, BR Petrobras, Carrefour, Total Energies, ALE, Atacadão e Assaí.

Cimatti explica que a Força da Marca reflete a capacidade da marca ser conhecida, lembrada e atrair clientes. No ranking de Força da Marca a Ipiranga retomou a liderança, seguida por BR Petrobras, Shell, Atacadão, Assaí, Carrefour, Total Energies, ALE.

Desafio da Vibra

A BR Distribuidora, que possui uma rede com mais de 8.300 postos, foi vendida pela Petrobras, em 2021, e agora se chama Vibra. Em janeiro de 2024, a Petrobras notificou a Vibra de que não tem interesse em renovar a licença de uso da marca além do contrato atual, que se encerra em junho de 2029.

O Estudo CVA mostra que a marca Vibra é pouco conhecida pelos consumidores em geral (19,1%) e pelos consumidores da marca de postos BR Petrobras. Quando estimulados a relacionar a marca Vibra com alguma rede de postos, então a associação com BR Petrobras aumenta. A marca BR Petrobras perdeu a liderança em Força da Marca e apresenta um nível de lembrança de comunicação menor que Ipiranga e Shell entre os consumidores da marca.

"Este momento é decisivo para a Vibra Energia. Por um lado, não faz sentido investir em comunicação na marca BR Petrobras se existe o risco próximo de não poder usar a marca, por outro lado, a Vibra não pode deixar de investir na marca BR Petrobras sob o risco de enfraquecê-la. A solução parece ser o "rebranding" imediato dos postos e da marca BR Petrobras para Vibra Energia, tendo cinco anos para fazer esta transição", comenta Cimatti.

O Estudo CVA demonstra ainda que as Lojas de Conveniência e Serviços Automotivos aumentam a rentabilidade e fidelização dos postos. 40,8% dos consumidores de postos de combustíveis frequentam suas lojas de conveniência. Estes consumidores utilizam mais troca de lubrificante (41,4% x 28,8%) e lavagem do carro (31,2% x 20,8%) que os consumidores que não frequentam as lojas de conveniência. A Ipiranga lidera nestes serviços seguida por Shell e BR Petrobras.

Lubrax (BR Petrobras) lidera a venda de óleos lubrificantes seguida por Mobil, Castrol, Ipiranga e Shell.

Nos programas de fidelidade, Ipiranga lidera, seguida por Shell e BR Petrobras.

"O varejo de combustíveis é menos digitalizado e fidelizado que o varejo de medicamentos e alimentos, então, as lojas de conveniência e programas de fidelidade são uma estratégia eficaz para aproximar o consumidor da marca do posto de combustíveis" comenta Cimatti.

Dutra e Rio-Santos recebem R$ 15,5 bilhões em obras

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, nesta sexta-feira, a liberação de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R$ 10,75 bilhões, para obras e intervenções nas rodovias Dutra e Rio-Santos, ambas que atravessam os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A cerimônia ocorreu na cidade paulista de São José dos Campos.

No total, entre aportes do governo federal, via BNDES, e da iniciativa privada, por meio de outros bancos, serão R$ 15,5 bilhões em investimentos. Lula ressaltou a colaboração entre as instituições públicas e privadas e a importância dos investimentos da concessionária, o Grupo CCR, nas obras.

"Quando eu vejo aqui o Aloizio Mercadante [presidente do BNDES)], o Santander, o Itaú e o Bradesco se juntando para fazer o maior processo de debêntures [títulos de crédito] que já foi feito neste país, eu fico imaginando o milagre que eu vivi neste país", afirmou o presidente, em comunicado divulgado pela Presidência da República.

"Quando a gente vê uma empresa aceitar fazer o investimento, como a CCR está fazendo na Dutra, é obrigado a dizer que, cada vez menos, quem sabe, a gente vai precisar de dinheiro do orçamento público para fazer as obras de infraestrutura no país e, muito mais, a gente conquistar confiança", acrescentou Lula, lembrando que a região é a mais industrializada do país e que, por essas rodovias passa 50% do PIB (somas das riquezas produzidas) do Brasil.

O projeto inclui as novas pistas da Serra das Araras e duplicações na BR-101, no trecho do Rio de Janeiro, com potencial de gerar 40 mil empregos durante a implantação da melhoria da malha rodoviária e mais de 3 mil postos após a conclusão.

O apoio financeiro de R$ 10,75 bilhões foi aprovado pelo BNDES para a Concessionária do Sistema Rio–São Paulo SA (CCR), nova operadora da Via Dutra e da Rio-Santos. O montante será liberado ao longo de sete anos, à medida que os investimentos forem sendo realizados.

Educbank Pagamentos Educacionais S.A.

CNPJ/MF nº 37.315.476/0001-21 - NIRE 35.300.555.201

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Acionistas da **Educbank Pagamentos Educacionais S.A.** ("Companhia"), conforme disposto no Artigo 8, do Estatuto Social da Companhia e nas Cláusulas 4.1.1 e 4.1.3 do Acordo de Acionistas, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 19 de agosto de 2024, às 09:00 horas, com a presença de acionistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital social com direito de voto, ou, em segunda convocação, no dia 26 de agosto de 2024, às 09:00 horas, com a presença de qualquer número dos acionistas com direito de voto, em ambiente virtual pelo *link* https://us02web.zoom.us/j/5058965956?pwd=VUJJUGVtSU9iWHd4TGw2T3E2b3ZyUT09, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) discutir e votar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Estão à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, o relatório da administração sobre os negócios sociais e as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 18 de julho de 2024.

Danilo Pereira da Costa Filho - Presidente do Conselho de Administração

Construcciones Y Auxiliar de Ferrocarriles S.A. do Brasil

CNPJ/ME 17.894.654/0001-09 - NIRE 35.5.007.058.51

Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Por acordo do Conselho de Administração da Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles, S.A. (adiante designada **"CAF"** ou **"Empresa"**), convoca-se os Srs. Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária que será celebrada no domicílio social, na Calle José Miguel Iturrioz, 26, 20200, Beasain, Gipuzkoa, no dia 15 de junho de 2024, às 12:00 horas, em primeira convocação e, conforme o caso, no dia seguinte, no mesmo local e hora, em segunda convocação, com o objetivo de deliberar e decidir sobre os assuntos compreendidos na seguinte: **Ordem do Dia: Primeiro:** Aprovação das contas anuais e relatório de gestão da Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles, S.A. e das contas anuais e relatório de gestão de seu grupo consolidado de empresas, correspondentes ao exercício 2023. **Segundo:** Aprovação da gestão do Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Terceiro:** Aprovação das Demonstrações de Informações não Financeiras - Relatório de Sustentabilidade consolidado correspondentes ao exercício 2023. **Quarto:** Aprovação da proposta de aplicação do resultado correspondente ao exercício 2023, com uma distribuição de dividendos no valor bruto de 1,11 euro por ação. **Quinto:** Reeleição de auditores de contas para os exercícios 2024, 2025 e 2026. **Sexto:** Reeleição de Conselheiros e fixação do número de membros do Conselho: **6.1.** Reeleição da Sra. Idoia Zenarrutzabeitia Beldarrain como Conselheira Acionista Majoritária. **6.2.** Reeleição da Sra. Marta Baztarrica Lizarbe como Conselheira Executiva. **6.3.** Reeleição da Sra. Carmen Allo Pérez como Conselheira Independente. **6.4.** Reeleição do Sr. Manuel Domínguez de la Maza como Conselheiro Acionista Majoritário. **6.5.** Fixação do número de conselheiro em onze (onze) membros. **Sétimo:** Modificação do artigo 39 do Estatuto Social. **Oitavo:** Aprovação da Política de Remunerações dos Conselheiros aplicável aos exercícios 2024, 2025 e 2026. **Nono:** Votação consultiva do Relatório Anual sobre Remunerações dos Conselheiros correspondente ao exercício 2023. **Décimo:** Delegação de faculdades ao Conselho de Administração para formalização e execução dos acordos anteriores. **Direito de informação.** Os Srs. Acionistas poderão exercer seu direito de informação a partir da publicação do anúncio de convocação da Assembleia, nos termos previstos nos artigos 197 e 520 da Lei de Sociedades de Capital e neste anúncio. De conformidade com o disposto nos artigos 272, 287, 529 *novodecies* e demais concordantes da Lei de Sociedades de Capital, faz-se constar que, a partir da publicação do presente anúncio de convocação, os acionistas têm direito de examinar e obter, de forma imediata e gratuita, no domicílio social, ou de solicitar (através do número de telefone +34 943.18.92.62 ou do endereço de correio eletrônico accionista@caf.net) a entrega ou envio gratuito da seguinte documentação que deve ser submetida à Assembleia Geral de Acionistas: • Com relação aos Pontos Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto da Ordem do Dia: As contas anuais (balanço, conta de perdas e lucros, demonstração de receitas e despesas reconhecidas, demonstração de alterações no patrimônio líquido, demonstração de fluxos de caixa e relatório anual), a proposta de aplicação do resultado da Empresa, o relatório de administração, que contém a Demonstração de Informações não Financeiras - Relatório de Sustentabilidade e o relatório de auditoria da Empresa e de seu grupo consolidado, correspondentes ao exercício 2023. Os acionistas das empresas pertencentes ao grupo poderão obter da Empresa os documentos integrantes das contas anuais consolidadas, assim como o relatório de administração do grupo e o relatório de auditoria. • Com relação ao Sétimo Ponto da Ordem do Dia: O relatório justificativo do Conselho de Administração sobre a modificação do Estatuto Social, assim como o texto integral da modificação proposta. • Com relação ao Oitavo Ponto da Ordem do Dia: O Relatório da Comissão de Nomeações e Remunerações e Proposta motivada do Conselho de Administração relativa à Aprovação da Política de Remunerações dos Conselheiros aplicável ao restante do exercício 2024 e aos exercícios 2025 e 2026. Todos os documentos anteriores, assim como o restante das informações relativas à Assembleia Geral de Acionistas, também podem ser consultados na página web da Empresa (www.caf.net), de forma integral e ininterrupta até a celebração da Assembleia Geral e, mais concretamente: • O presente anúncio de convocação. • O texto integral das propostas de acordo que serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas com relação a cada um dos pontos da Ordem do Dia. • Com relação ao Sexto Ponto da Ordem do Dia: As propostas de fixação do número de membros do Conselho e de reeleição de conselheiros, do Conselho de Administração e da Comissão de Nomeações e Remunerações, conforme o caso, e os relatórios justificativos da Comissão de Nomeações e Remunerações e do Conselho de Administração, conforme cada caso corresponder, os quais contêm as informações sobre os Conselheiros cuja reeleição é proposta à Assembleia Geral de Acionistas; isto é, sua identidade, currículo e categoria, avaliando a competência, experiência e méritos do candidato proposto em cada caso. • Com relação ao Nono Ponto da Ordem do Dia: O Relatório Anual sobre Remunerações dos Conselheiros correspondente ao exercício 2023, que é submetido à votação consultiva. • As informações sobre o número total de ações e direitos de voto na data da convocação. • O Relatório Anual de Administração Corporativa correspondente ao exercício 2023. • O Relatório de Independência do Auditor, relativo ao exercício 2023. • Os Relatórios de Funcionamento das Comissões do Conselho de Administração relativos ao exercício 2023. • O cartão para a presença física e os formulários de delegação de voto e de voto a distância. A partir do mesmo dia de publicação da convocação da Assembleia Geral e até o quinto dia anterior ao previsto para sua celebração os acionistas poderão solicitar as informações ou esclarecimentos que julgarem necessários sobre os assuntos compreendidos na Ordem do Dia ou formular por escrito as perguntas que considerarem oportunas. Igualmente os acionistas poderão solicitar aos administradores, por escrito e dentro do mesmo prazo ou verbalmente durante a celebração da Assembleia ou, em caso de presença telemática, conforme detalhados mais adiante, os esclarecimentos que julgarem necessários sobre as informações acessíveis ao público que a Empresa tenha apresentado à Comissão Nacional do Mercado de Valores desde a celebração da última assembleia geral e sobre o relatório do auditor. Para tais finalidades, as solicitações de informações deverão ser dirigidas ao Departamento de Atendimento aos Acionistas e Investidores, no domicílio social e mediante correio eletrônico emitido ao endereço accionistas@caf.net. Para salvaguardar as adequadas garantias de identificação do acionista, o mesmo deverá fazer constar em sua solicitação de informações seu nome e sobrenome e anexar cópia da documentação que comprove sua identidade e sua condição de acionista. No caso de se tratar de uma pessoa jurídica, a solicitação também deverá acompanhar de cópias da documentação que comprove as faculdades de representação da pessoa física que, como representante do acionista, exerça o direito de informações. **Direito de completar a Ordem do Dia e de apresentar novas propostas de acordos.** Os acionistas que representem, pelo menos, três por cento (3%) do capital social poderão solicitar que seja publicado um complemento à convocação da Assembleia Geral de Acionistas, incluindo um ou mais pontos na Ordem do Dia, sempre que os novos pontos venham acompanhados de uma justificativa ou, conforme o caso, de uma proposta de acordo justificada. O exercício deste direito deverá ser realizado mediante notificação irrefutável - dirigida à atenção da Secretaria do Conselho de Administração - que deverá ser recebida no domicílio social dentro dos cinco (5) dias subsequentes à publicação da presente convocação. O complemento de convocação será publicado com quinze (15) dias de antecedência, no mínimo, à data indicada para a celebração da Assembleia em primeira convocação. Os acionistas que representem essa mesma porcentagem também poderão, no mesmo prazo indicado anteriormente e mediante o envio da notificação ao domicílio social, apresentar propostas fundamentadas de acordo sobre assuntos já incluídos ou que devam ser incluídos na Ordem do Dia da Assembleia convocada. **Direito de presença à Assembleia Geral.** Para fins de exercer o direito de presença, seja presencial ou telemática, lembramos aos Srs. Acionistas que, de conformidade com o disposto nos artigos 7 e 21 do Estatuto Social, somente terão direito de presença quem comprovar a titularidade de, pelo menos, mil (1.000) ações. Os acionistas que tenham um número inferior poderão se agrupar ou dar sua representação em favor de outro acionista que complete assim mil (1.000) ações ou mais. O Conselho de Administração decidiu habilitar a possibilidade de que a presença na Assembleia Geral seja realizada, além de mediante presença física, através do emprego de meios telemáticos que permitam a conexão em tempo real com o local em que a Assembleia seja realizada, nos termos previstos na presente convocação. Faz-se constar que, de conformidade com o previsto no artigo 9 do Regulamento da Assembleia Geral de Acionistas, os membros do Conselho de Administração poderão assistir e participar da reunião de forma telemática. A. Presença física à Assembleia. Para poder assistir fisicamente à Assembleia, os acionistas deverão portar, seja o cartão para a presença física colocado à disposição por parte da própria Empresa, ou do emitido pela entidade depositária de suas ações, caso de existir. Também poderá utilizar um certificado de titularidade emitido por alguma das entidades participantes na Sociedad de Gestión de los Sistemas de Registro, Compensación y Liquidación de Valores, S.A. Unipessoal (IBERCLEAR). O cartão para a presença física e o formulário de delegação de voto a distância colocado a disposição dos acionistas por parte da Empresa contém as normas e instruções de uso aplicáveis e estarão publicadas ininterruptamente na página web corporativa (www.caf.net), a partir da publicação desta convocação, da mesma forma que estarão o restante das normas e regras que regulam o direito de presença à Assembleia Geral. B. Presença telemática à Assembleia. (i) Registro, conexão e presença. Com a finalidade de permitir a adequada gestão dos sistemas de presença telemática, o acionista que tiver direito e desejar assistir a Assembleia, pessoalmente ou por meio de representante, deverá se registrar na plataforma informatizada habilitada para tal finalidade na página web da Empresa (www.caf.net) comprovando sua identidade mediante algum dos seguintes meios: (i) Documento Nacional de Identidade Eletrônico; (ii) um certificado eletrônico de usuário reconhecido, válido e vigente, de conformidade com o previsto na normativa aplicável e emitido pela Autoridade Pública de Certificação Espanhola (CERES) subordinada da Fábrica Nacional de Moeda e Timbre; ou (iii) as credenciais de usuário/senha que o acionista deverá solicitar no endereço de correio eletrônico accionistas@caf.net, indicando no assunto "Solicitud de credenciales Junta General 2024" (Solicitação de credenciais - Assembleia Geral 2024). Caso a pessoa que assistir de forma telemática tiver conferidas delegações em seu favor, ou tratando-se de um representante de uma pessoa jurídica, deverá solicitar as credenciais de usuário/senha de conformidade com o procedimento descrito no ponto (iii) do parágrafo anterior. O registro de presentes poderá ser realizado a partir do dia seguinte ao de publicação da presente convocação e não será admitido além das 12:00 horas do dia 14 de junho de 2024, vale dizer, deverá ser realizado pelo menos vinte e quatro (24) horas antes da data e hora previstas para a celebração da Assembleia Geral em primeira convocação. O acionista ou seu representante que tenha se registrado para assistir de forma telemática a Assembleia Geral deverá se conectar à página web (www.caf.net), no dia 15 de junho de 2024 entre 11:30h e 12:00h e se identificar conforme será indicado através da plataforma informatizada habilitada para tal finalidade na página web da Empresa. Caso a Assembleia não puder ser celebrada em primeira instância, deverá se conectar no dia seguinte, dentro do mesmo lapso de tempo, para sua celebração em segunda convocação. Os acionistas que se conectem para assistir de forma telemática após a data e hora indicadas, não serão considerados como presentes à Assembleia Geral, mas poderão seguir seu desenvolvimento ao vivo através da página web corporativa. Para fins do previsto no presente item, a Empresa se reserva o direito de solicitar aos acionistas ou seus representas quaisquer outros meios de identificação que considere aptos ou necessários para comprovar sua condição de acionista ou representantes e garantir a autenticidade do voto ou a delegação. (ii) Intervenção. O acionista ou seu representante que tenha se registrado para assistir de forma telemática e que desejar intervir na Assembleia poderá enviar por escrito as intervenções, propostas, perguntas ou solicitações de esclarecimentos que desejar formular, a partir do mesmo ato do registro a que faz referência no item "(i)" anterior e até as 12:00h do dia 14 de junho de 2024, de conformidade com o previsto na Lei e no Regulamento da Assembleia Geral. Não serão levadas em conta as intervenções, propostas, perguntas e/ou solicitações de esclarecimentos realizadas pelos acionistas ou representantes registrados como presentes por meios telemáticos que não se conectarem no dia da Assembleia conforme previsto na presente convocação. Os acionistas ou representantes que assistirem de forma telemática a Assembleia Geral também poderão fazer constar as reservas que considerarem sobre o conteúdo da lista de presentes ou sobre o cumprimento dos requisitos de constituição da Assembleia Geral, enviando um correio eletrônico ao seguinte endereço: accionistas@caf.net. (iii) Votação. A emissão do voto por via telemática sobre as propostas relativas aos pontos compreendidos na Ordem do Dia será realizada nos termos do artigo 16 do Regulamento da Assembleia Geral, através da plataforma informatizada habilitada para tal finalidade na página web da Empresa a partir do momento da conexão e até o momento de encerramento das votações para a presença física. Da mesma forma, com relação às propostas de acordos sobre os assuntos que, de conformidade com a Lei não seja necessário que figurem na Ordem do Dia, a emissão do voto também deverá ser realizado nos termos do artigo 16 do Regulamento da Assembleia Geral, e os presentes por meios telemáticos poderão emitir seus votos a partir do momento em que se faça a leitura pela Secretaria da Assembleia a tais propostas para proceder a sua votação e se habilitem na plataforma. (iv) Abandono da reunião. O presente por meios telemáticos que desejar manifestar seu abandono expresso da Assembleia deverá proceder o mesmo enviando um correio eletrônico ao seguinte endereço: accionistas@caf.net. Uma vez comunicada a sua vontade expressa de abandonar a reunião serão consideradas por não realizadas qualquer atuação que efetuar posteriormente. (v) Outras questões. A Empresa não será responsável pelos prejuízos que possam sofrer o acionista ou representante derivados da falta ocasional de disponibilidade de sua página web, assim como de avarias, sobrecargas, quedas de linhas, falhas na conexão ou qualquer outra eventualidade de mesma natureza ou similar, alheias à vontade da Empresa, que impeçam a utilização dos mecanismos de presença telemática à Assembleia, sem prejuízo de que sejam adotadas medidas que cada situação assim requerer, entre elas, a eventual suspensão temporária ou prorrogação da Assembleia, se isto for necessário para garantir o pleno exercício de seus direitos pelos acionistas ou seus representantes. **Direito de representação e voto a distância antes da celebração da Assembleia.** Os acionistas que não puderem assistir a Assembleia, de forma física ou telemática, ou os que assim desejarem, poderão exercer seu voto a distância ou, alternativamente, ser representados por outra pessoa, mesmo que esta não seja acionista, nos termos estabelecidos na Lei de Sociedades de Capital, e nos artigos 21, 22, 22 *bis* e 22 *ter* do Estatuto Social, nos artigos 9, 9 *bis*, 9 *ter* e 12 do Regulamento da Assembleia Geral de Acionistas, assim como nos formulários de delegação de voto e de voto a distância apresentados pela Empresa. Em particular, o voto a distância e a delegação de voto poderão ser realizados mediante correspondência postal, eletrônica ou por meio da plataforma informatizada para tal finalidade na página web da Empresa (www.caf.net). Para sua validade, o voto a distância ou a delegação do voto emitidos conforme o presente item deverá ser recebido pela Empresa pelo menos vinte e quatro (24) horas antes da data e hora previstas para a celebração da Assembleia Geral em primeira convocação. Os acionistas que emitirem seu voto a distância serão levados em conta como presentes para fins de constituição da Assembleia. A presença pessoal, física ou telemática, à Assembleia Geral do acionista terá valor de revogação do voto ou da representação conferida com caráter prévio por qualquer meio. A. Delegação e voto a distância por meio de correio postal ou correio eletrônico. Os acionistas que desejarem exercer seu voto a distância ou delegação de voto mediante correspondência postal ou eletrônica deverão remeter à Empresa, à atenção do Departamento de Atendimento aos Acionistas e Investidores, os formulários que esta última deixa à disposição tal e como indicado mais adiante, devidamente preenchidos e firmados, por correio postal (Calle José Miguel Iturrioz, 26, 20200 Beasain (Gipuzkoa), España) ou por correio eletrônico (accionistas@caf.net), conforme as instruções indicadas nos mesmos. De forma alternativa poderão ser utilizados os formulários de delegação de voto ou de voto a distância emitidos pela entidade depositária das ações ou por alguma das entidades participantes da Sociedad de Gestión de los Sistemas de Registro, Compensación y Liquidación de Valores, S.A. Unipessoal (IBERCLEAR). O envio de tais formulários por correio postal deverá ser realizado por correio certificado com registro de recebimento e deverão estar devidamente preenchidos conforme o disposto nas instruções que acompanham os formulários. Em tudo o não previsto nos formulários alternativos aos quais se referem este parágrafo, serão aplicadas supletoriamente as regras previstas nos formulários postos à disposição dos acionistas pela Empresa. O formulário de delegação de voto e o formulário de voto a distância postos à disposição dos acionistas por parte da Empresa estarão publicados ininterruptamente na página web corporativa (www.caf.net), a partir da publicação da presente convocação. B. Delegação e voto a distância por meio da plataforma informatizada habilitada na página web. Os acionistas que desejarem outorgar sua representação ou emitir seu voto anteriormente à celebração da Assembleia Geral de Acionistas também poderão acessar a página web corporativa (www.caf.net) e assim proceder, a partir do dia subsequente ao da publicação da presente convocação, através da plataforma habilitada pela Empresa para tal finalidade, comprovando sua identidade, mediante algum dos seguintes meios: (i) Documento Nacional de Identidade Eletrônico; (ii) um certificado eletrônico de usuário reconhecido, válido e vigente, de conformidade com o previsto na normativa aplicável e emitido pela Autoridade Pública de Certificação Espanhola (CERES) subordinada da Fábrica Nacional de Moeda e Timbre; ou (iii) as credenciais de usuário/senha que o acionista deverá solicitar pelo endereço de correio eletrônico accionistas@caf.net, indicando no assunto "Solicitud de credenciales Junta General 2024" (Solicitação de credenciais - Assembleia 2024). O uso da plataforma para a delegação ou voto a distância prevalecerá sobre a emissão dos formulários por qualquer outra via. **Admissão de cartões para a presença física e delegações de voto apresentados no dia da Assembleia.** De acordo com o estabelecido no artigo 12 do Regulamento da Assembleia Geral, a admissão de cartões de presença e delegações de voto apresentados no dia da Assembleia será encerrada na hora fixada para o início da reunião da Assembleia Geral, sem se levar em consideração para fins de quórum a partir do referido momento. Os acionistas que se apresentem posteriormente à hora de encerramento da admissão de cartões de presença física e delegações não serão considerados como presentes na Assembleia Geral, mas poderão assistir na condição de convidados. **Intervenção de Tabelião na Assembleia Geral de Acionistas.** O Conselho de Administração acordou requerer a presença de um Tabelião para que legalize a ata notarial da Assembleia Geral de Acionistas. **Fórum de Acionistas.** Na página web da Empresa (www.caf.net) encontra-se habilitado para esta Assembleia Geral um Fórum Eletrônico de acionistas ao qual poderão acessar, com as devidas garantias, tanto os acionistas individuais como as associações voluntárias que possam se constituir de acordo com a normativa vigente, com a finalidade de facilitar a comunicação entre os mesmos com caráter prévio à celebração da Assembleia Geral de Acionistas. A regulação do Fórum Eletrônico de Acionistas encontra-se à disposição dos acionistas na própria página web da Empresa (www.caf.net). **Proteção de dados.** A entidade responsável pelo processamento dos dados pessoais é a CAF, que processará os dados pessoais que o acionista lhe apresentar no desenvolvimento de sua relação acionária, que forem captados durante a celebração da assembleia ou que figurem no cartão para a presença física e os formulários de delegação de voto a distância para as seguintes formalidades: (a) tramitar e controlar tanto a relação acionária como a convocação da Assembleia e sua celebração, com base no cumprimento da execução da relação contratual se você é acionista da CAF ou se você é representante de um acionista da CAF, com base no interesse legítimo da CAF de manter o contato com você para o correto desenvolvimento da relação contratual que vincula a CAF com o acionista ao qual você representa, podendo-se para tais finalidades colocar seus dados à disposição do Tabelião para a correspondente legalização da ata da Assembleia Geral de Acionistas; (b) a gravação audiovisual e difusão pública da Assembleia na página web corporativa (www.caf.net), que tem como base de legitimação o interesse legítimo da Empresa consistente em dar cumprimento ao princípio de transparência e boa governança corporativa; e (c) o cumprimento das obrigações legais, o que poderá levar a que os dados pessoais processados sejam comunicados aos órgãos e administrações públicas correspondentes. Seus dados serão conservados durante o prazo necessário para a execução das finalidades descritas e enquanto não seja solicitada a supressão dos mesmos e, posteriormente, poderão ser conservados devidamente bloqueados com o objetivo de poder fazer frente às responsabilidades derivadas de seu processamento durante o prazo de prescrição das ações que possam derivar do mesmo. Ficam informados que poderá exercer seus direitos de acesso, retificação, supressão ou portabilidade de seus dados, assim como oposição ou limitação ao processamento, através de solicitação dirigida ao correio eletrônico dpo@caf.net ou apresentar uma reclamação perante a Agência Espanhola de Proteção de Dados. Pode consultar as informações adicionais sobre o processamento de seus dados pessoais em Política de Privacidade da Assembleia Geral de Acionistas, acessível na web corporativa (www.caf.net). **Informações gerais.** • Para o exercício dos direitos de presença física ou telemática, delegação e voto a distância, os acionistas deverão ter as ações inscritas em seu nome no correspondente registro de anotações em conta, com cinco (5) dias de antecedência ao qual deva ser celebrada a Assembleia Geral. • É previsível que a Assembleia seja celebrada em primeira convocação. • Para obter esclarecimentos sobre o exame, entrega ou envio da documentação, informações adicionais ou qualquer outro extremo referente a esta convocação e a celebração da Assembleia, os acionistas poderão se dirigir ao Departamento de Atendimento a Acionistas e Investidores, nos dias e horários de trabalho, através dos seguintes procedimentos: 1. Telefone: +34 943.18.92.62. 2. Correio eletrônico: accionistas@caf.net. • Está previsto que o desenvolvimento da Assembleia Geral seja objeto de retransmissão ao vivo através do link que será habilitado na página web da Empresa (www.caf.net). **Beasain, 10 de maio de 2024. Sra. Marta Baztarrica Lizarbe Conselheira Secretária do Conselho de Administração.** Nada mais continha o documento que fielmente traduzi, conferi, achei conforme e dou fé. Esta tradução não implica julgamento sobre a forma, a autenticidade e/ou o conteúdo do documento. São Paulo - SP, 28 de maio de 2024. *Emolumentos conforme a Lei.* ***Darinka F. Ramaciotti Mires** - Tradutora Pública e Intérprete Comercial.* **JUCESP** nº 264.365/24-0 em 11/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CBC: mercados, tiro esportivo e perspectivas

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos) com Paulo Ricardo Gomes, diretor Comercial & Marketing da companhia.

Divulgação CBC



Paulo Ricardo Gomes

Como a CBC avalia o atual momento do mercado brasileiro de armas e munições?

A CBC é uma das principais produtoras de munições de pequenos calibres do mundo, sendo que a CBC Global tem operações nos Estados Unidos, Alemanha, República Tcheca e outros países, além de vender para mais de 130 países.

Apesar de ser um grupo global e o maior produtor mundial de munições de pequenos calibres, a produção da CBC Brasil, que é uma das maiores plantas do grupo, atende, praticamente, meio a meio o mercado nacional e o mercado internacional.

Com relação ao mercado nacional, no governo Temer nós passamos a ter uma legislação que favorecia o tiro esportivo, e no governo Bolsonaro, um forte crescimento continuado. No governo Lula, houve uma restrição e uma queda no tamanho do mercado, mas que está se reconstruindo com o ajuste na legislação atual. Com um pouco mais de regulação, nós temos potencial para voltarmos aos bons momentos que tivemos em 2021 e 2022.

Quais são as principais linhas de produtos e os principais segmentos da CBC?

A munição de pequeno calibre é o nosso core e a nossa essência, mas a CBC também é uma grande fabricante de armas de calibre .22 LR. Nós temos uma fábrica no Rio Grande do Sul onde produzimos muitos produtos, tanto para atendimento dos mercados nacional e internacional, quanto de terceiros, pois diversos produtos do mercado americano, que possuem marcas próprias de empresas americanas, são fabricados no Brasil.

Com relação aos segmentos, ele é, basicamente, dividido em dois grandes grupos: vendas institucionais, onde trabalhamos as Forças Armadas e as forças de segurança; e mercado civil, onde trabalhamos o esporte do tiro, que é a maioria das vendas, e à venda para civis, que é muito pequena no Brasil.

Qual é o principal mercado da CBC? O brasileiro ou o externo?

Como a CBC é uma empresa global que opera em muitos países, o mercado internacional tem muito mais relevância que o mercado nacional. Por exemplo, entre 60% e 70% do consumo de armas e de munições no mundo está no mercado americano, o que faz dele um dos principais mercados da CBC. Fora do mercado americano, a CBC é um dos principais fornecedores dos países membros da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), além do Exército e da Marinha dos Estados Unidos.

Cabe ressaltar que o mercado internacional, em função de vários conflitos que têm se perpetuado, como Ucrânia e Israel, tem apresentado um crescimento na sua demanda, principalmente de munições de pequenos calibres. Os próprios países membros da Otan também estão se reorganizando em questões bélicas.

Como a CBC abre novos mercados?

Basicamente, pela demanda. Como nós estamos bem posicionados entre os clientes, tanto no mercado internacional quanto no brasileiro, sempre que há uma demanda para um novo produto, que represente uma nova tecnologia ou mesmo um ajuste num produto existente, a CBC tem um grande time de engenheiros que cuidam da pesquisa e desenvolvimento e que trazem as soluções que são apresentadas aos clientes.

Para que você tenha uma ideia, uma munição tem, basicamente, quatro componentes: um estojo de latão; um projetil, que é feito de latão e chumbo; a pólvora; e a espoleta. Nós estamos trabalhando em uma nova munição onde o estojo é feito de um polímero, um plástico. Essa é uma nova tecnologia que foi demandada, desenvolvida pelos nossos engenheiros e que já está, praticamente, pronta. Esses estojos plásticos para munição já são produzidos nos Estados Unidos e na Europa.

Outros dois exemplos de demandas. O primeiro: um setor brasileiro de tiro esportivo que precisa de uma munição com especificidades para atender a sua necessidade. O segundo: a Polícia Militar de São Paulo, que é um dos nossos grandes clientes, precisava de uma munição com características diferentes, como velocidade, pressão e agrupamento a "x" metros. É muito mais fácil recebermos uma demanda e fazermos o desenvolvimento, pois assim atendemos uma necessidade, do que desenvolver uma nova tecnologia e ter que implementá-la. Esse processo é mais longo, mas também fazemos isso.

Uma munição evolui tecnologicamente?

O cartucho em si, que é a parte metálica, pouco, mas nós temos evolução nos tipos de pólvora e nos tipos de projetis, então sim, a munição evolui tecnologicamente. Hoje, como os produtos são mais ajustados à utilização, existe uma grande quantidade de diferentes tipos de pólvora, que é o propelente, e de projetis, apesar do estojo de latão, a parte externa, continuar sendo, praticamente, a mesma. Há um tempo atrás, não havia essa grande variedade.

O setor brasileiro de armas e munições está conseguindo conversar com o Governo Federal?

Sim, está. Nós temos a Aniam (Associação Nacional da Indústrias de Armas e Munições), que é o representante do setor junto ao Governo Federal. É lógico que existe mais dificuldade do que no governo anterior, mas estamos conversando, os assuntos estão fluindo, e os ajustes necessários estão sendo feitos na legislação. Os ministérios da Defesa e da Justiça nos recebem, nós dialogamos e passamos as demandas do setor, que gera muitos empregos e que paga muitos tributos. Existem muitas lojas e clubes de tiros que dependem desse ajuste na legislação, e as conversas vêm fluindo.

Depois que o atual governo fez duas mudanças na legislação em 2023, estão sendo feitos ajustes pontuais na nova regra. Ainda existem pontos que estão carentes de ajuste, mas eles estão acontecendo lentamente.

Como você vê a evolução desse mercado, nas últimas décadas, no Brasil?

Eu lembro que o meu pai e o meu avô tinham armas, e era a Polícia Civil que fazia o controle. Nessa época, o esporte do tiro era muito pequeno no Brasil. Numa segunda etapa, o Exército ficou responsável pelo controle, o que fez com que ficasse um pouco mais difícil de se ter uma arma, sendo que, posteriormente, a Polícia Federal passou a ter parte desse controle, tanto que o esporte do tiro é gerido pelo Exército, e a posse de armas de fogo, pela Polícia Federal.

No fim dos anos 1980, houve uma diminuição na facilidade em se obter uma arma de fogo no Brasil, sendo que a partir dos anos 2000, o esporte do tiro começou a crescer, pois o Brasil começou a ter representatividade no esporte do tiro olímpico e em outras modalidades, como tiro ao prato e tiro ao alvo. Para que você tenha uma ideia, se em 2000 o Brasil tinha 15 mil, 20 mil atiradores esportivos, em 2022 o país chegou a 1 milhão.

No Brasil, o motor da venda de armas e munições é o esporte do tiro, ou seja, o atirador esportivo que disputa campeonatos, faz os seus treinamentos e que representa o Brasil lá fora.

Como a CBC vê as perspectivas do seu setor para os próximos anos?

Nós acreditamos que o mercado internacional, em função dos conflitos que mencionei, vai permanecer aquecido nos próximos anos. Com relação ao mercado brasileiro, ele está reaquecendo. Nós tivemos uma queda em 2023, mas com o ajuste na legislação e o lançamento de novos produtos adequados a essa legislação, nós começamos a ver um aquecimento no mercado. É por essas razões que acreditamos que vamos ter um crescimento lento e gradual nos próximos anos.

KATRIUM INDÚSTRIAS QUÍMICAS S.A.
CNPJ: 28.789.998/0002-55
AUDITORIA AMBIENTAL

KATRIUM INDÚSTRIAS QUÍMICAS S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 09/07/2024, o Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento, do ano 2023, para fabricação de produtos químicos inorgânicos e informa que este estará à disposição para consulta na Estrada João Paulo, 530 - Honório Gurgel, no município do Rio de Janeiro, no período de 26/08/2024 a 13/09/2024, no horário das 10h às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca (Processo E-07/504470/2009).

COOPATAXI - Cooperativa de Consumo e Trabalho dos Motoristas Autônomos de Táxi do Município do Rio de Janeiro Ltda
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da COOPATAXI - Cooperativa de Consumo e Trabalho dos Motoristas Autônomos de Táxi do Município do Rio de Janeiro Ltda., no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Estatuto Social, Capítulo IX, Artigo 33, Letra (E), convoca seus 43 (quarenta e três) cooperativados, no gozo de suas obrigações sociais, para Assembleia Geral Extraordinária, dia 3 de agosto de 2024, que se realizará em sua Sede Social, sito à Rua Herculano Pena 667, Cavalcanti/RJ, às 7:00 horas em 1ª convocação, com a presença mínima de 2/3 dos cooperativados, ou às 8:00 horas em 2ª convocação com presença mínima de metade e mais um dos cooperativados, ou às 9:00 horas em 3ª e última convocação com a presença mínima de 10 cooperativados, em condições de votar, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia. 1. Possível autorização de admissão de um cooperado que cumpriu o período de avaliação de um ano de acordo com o parágrafo único do artigo 6º. do estatuto social da Coopataxi; 2. Desmembramento do rateio de reposição de desconto e cancelamento de corridas do Rateio mensal de despesas; 3. Extensão do benefício complementar ao seguro aos prestadores mediante contribuição mensal. Rio de Janeiro, 22 de julho de 2024. Marcelo de Carvalho Reis Presidente

---

M.S. ENGENHARIA S.A.
CNPJ nº 34.019.018/0001-57 - NIRE 33.3.0001155-2
Assembleia Geral Extraordinária - Segunda Convocação: O Diretor da M.S. ENGENHARIA S.A. convoca os Senhores Acionistas para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 31 de julho de 2024, às 10h, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 8.445, sala 502, Barra da Tijuca, CEP 22793-081, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) alteração da sede social; (ii) reforma do Estatuto Social para atualizá-lo à legislação societária; (iii) eleição de administradores; (iv) aprovação da elaboração de livros societários digitais; (v) assuntos gerais. Para fins do art. 135 da Lei nº 6.404/76 informa-se aos acionistas que os documentos pertinentes às matérias objeto da ordem do dia estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no endereço acima informado. Rio de Janeiro, 19 de julho de 2024. Eric Zaragoza Labes - Diretor.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA VARA CÍVEL

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO PRESENCIAL E ONLINE e INTIMAÇÃO à GAFISA S.A, na pessoa de seu representante legal, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação de Execução (Processo nº 0057140-47.2024.8.19.0001) proposta por RACHEL DE ARAÚJO BROCHADO contra GAFISA S.A, na forma abaixo: A DRA. MARIA CECÍLIA PINTO GONÇALVES, Juíza de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias 31.07.2024 e 05.08.2024, às 12hs:00min, no Átrio do Fórum, à Avenida Erasmo Braga, nº 115, 5º Andar (hall dos elevadores da Lâmina Central), Castelo, Rio de Janeiro, RJ, e simultaneamente através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pela Leiloeira Pública FABÍOLA PORTO PORTELLA, inscrita na JUCERJA sob o nº 127, será apregoado e vendido o Apartamento 801 – Bloco 02, do edifício situado na Avenida das Américas, nº 13554, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R$ 1.256.608,74 (hum milhão, duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oito reais e setenta e quatro centavos).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL
REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO à FERNANDO ANTONIO ARAÚJO DA SILVA e à MARCIA MARY MAIA GITIRANA, na qualidade de Condômina, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação Sumária (Processo nº 0029646-15.2017.8.19.0209) proposta por CONDOMÍNIO JARDIM SAINT TROPEZ contra FERNANDO ANTONIO ARAÚJO DA SILVA, na forma abaixo: O DR. DIEGO ISAAC NIGRI, Juiz de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias 31.07.2024 e 06.08.2024, às 12hs:30min, através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pela Leiloeira Pública FABÍOLA PORTO PORTELLA, inscrita na JUCERJA sob o nº 127, será apregoada e vendida, a Casa 05 – Bloco D, do condomínio situado Avenida das Américas, nº 489, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R$ 1.989.630,50 (hum milhão, novecentos e oitenta e nove mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta centavos).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

COOPERNOVA – COOP. DE MOT. AUT. DO TRANSP. COMPL. DE PASS., FRETAMENTO E TURISMO LTDA.
CNPJ.: 05.029.926/0001-23
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.

Pelo presente Edital ficam convocados todos os cooperados da COOPERNOVA em pleno gozo de seus Direitos Estatutários e Legais, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada na Sede da COOPERNOVA, localizada na Aenida Braz de Pina nº. 1720 / Salas 304 e 407 – Braz de Pina – Rio de Janeiro - RJ, no dia 05/08/2024 em 1ª Convocação às 09:00h., com a presença mínima de 2/3 dos associados; em 2ª Convocação às 10:00h., c/a presença mínima de 50% + 1 dos associados; em 3ª e última Convocação às 11:00h., com a presença mínima de 10 associados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1 – Exclusão de Cooperados; 2 – Inclusão de Cooperados. * Para efeito de quorum, o nº. de Cooperados nesta data é de 061 (sessenta e um). Rio de Janeiro, 22 de Julho de 2024. Francisco José da Costa Ferreira - Diretor Presidente.

Embraer ampliou entrega em 88% em relação ao 1T24

Carteira de pedidos somou US$ 21,1 bi, recorde em sete anos

O segundo trimestre de 2024 foi de alta no volume de entregas na aviação comercial. O aumento foi de 170% no 2T24 versus 1T24, e 50% na Executiva Carteira de pedidos de US$ 21,1 bilhões cresceu mais de 20% em comparação com mesmo período de 2023.

Foram 47 aeronaves no segundo trimestre de 2024, um aumento de 88% comparado com o trimestre anterior, quando 25 jatos foram entregues. A carteira de pedidos firmes (backlog) da empresa fechou em US$ 21,1 bilhões, alta de 20% na comparação anual e valor recorde de sete anos. A Aviação Comercial foi o destaque do trimestre com 19 entregas – cerca de 170% mais em relação ao primeiro trimestre do ano (7 aeronaves no 1T24).

Além disso, a Aviação Executiva manteve uma performance sólida com 27 jatos (18 no 1T24), e a Defesa entregou uma aeronave multimissão C-390 Millennium. A carteira de pedidos de US$21,1 bilhões no 2T24, que representa mais de 20% em comparação com o mesmo período do ano anterior, está levemente acima em relação ao 1T24.

O maior aumento ocorreu na Aviação Comercial (+US$ 227 milhões), enquanto a maior queda ocorreu em Defesa e Segurança (-US$ 251 milhões). Já o backlog das outras duas unidades de negócios aumentou marginalmente (+US$ 45 milhões). Na Aviação Comercial, o backlog foi de US$ 11,3 bilhões no 2T24 (+2% no trimestre).

Destaques

O principal destaque do período foi a ordem de 20 jatos E2 pela Mexicana de Aviación – companhia aérea estatal do México. O pedido inclui 10 E190-E2 e outros 10 E195-E2, com entregas iniciais previstas para o 2T25. Outros destaques foram a entrega e o início das operações do primeiro E190-E2 para a Scoot – subsidiária da Singapore Airlines (SIA).

Além disso, a Embraer alcançou outro marco importante: a entrega do seu 1.800º E-Jet em maio. A aeronave foi entregue à empresa de leasing Azorra e será operada pela Royal Jordanian Airlines. Na Aviação Executiva, a unidade de negócio segue seu forte momento de vendas nos mercados tanto de varejo como de operadores de frotas, demonstrando sólido desempenho de entrega e mantendo book-to-bill positivo.

A carteira de pedidos de jatos executivos teve aumento marginal e encerrou o 2T24 com US$ 4,6 bilhões (+1% no trimestre). A unidade de Serviços & Suporte continua sendo um dos principais impulsionadores do crescimento da Embraer por meio da combinação de excelência operacional, experiência do cliente e soluções inovadoras. O backlog da unidade de negócios encerrou o 2T24 praticamente inalterado, em US$ 3,1 bilhões.

Em Defesa & Segurança, o destaque foi a entrega do segundo C-390 Millennium à Força Aérea Portuguesa (FAP), em cerimônia realizada em Gavião Peixoto (SP). Em 2019, a FAP encomendou 5 KC-390, incluindo um pacote abrangente de serviços e suporte e um simulador de voo. A primeira aeronave entrou em serviço em outubro de 2023 na Base Aérea de Beja. A seleção do C-390 por alguns países da Europa ainda não foi incorporada ao backlog, o que representa uma fonte significativa de crescimento potencial para os próximos trimestres. A carteira de pedidos firmes em Defesa e Segurança diminuiu 10% no trimestre e atingiu US$

Capitalização arrecada R$ 12,5 bi nos cinco primeiros meses do ano

A possibilidade de guardar dinheiro com segurança tem levado cada vez mais brasileiros aos títulos de Capitalização. O interesse de pessoas físicas e jurídicas nesse produto, que estimula a disciplina financeira e ainda permite aos clientes concorrerem a prêmios, tem sido confirmada mês a mês, como mostram os dados mais recentes da Superintendência de Seguros Privados (Susep), analisados pela Federação Nacional de Capitalização (FenaCap): de janeiro a maio deste ano, a arrecadação no setor somou R$ 12,5 bilhões, um crescimento de 4,5% em relação ao mesmo período de 2023.

Sobre resgates e sorteios, nos cinco primeiros meses de 2024 foram pagos R$ 10,97 bilhões à sociedade, totalizando uma evolução de 17,2%, se comparada ao ano anterior.

Entre as modalidades da Capitalização, a Tradicional registrou R$ 9,12 bilhões em arrecadação, seguida pela Filantropia Premiável, com R$ 1,53 bilhão, nos cinco primeiros meses do ano. A modalidade permitiu o repasse de R$ 784 milhões a entidades filantrópicas no período, uma alta de 29,5%, se comparado a 2023. Com o envio desses recursos a instituições de todo o país, milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social podem receber atendimento em áreas prioritárias, como saúde e educação.

O Instrumento de Garantia é outra modalidade que apresentou desempenho positivo entre os meses de janeiro a maio deste ano, com arrecadação de R$ 1,34 bilhão. Muitos clientes que escolhem essa opção estão em busca de uma alternativa à figura do fiador ao negociar o aluguel de um imóvel. A solução é prática e segura para inquilinos e proprietários.

O balanço de janeiro a maio também dá um panorama do desempenho da Capitalização por região do país. O Sudeste totalizou receita de R$ 7,14 bilhões, seguido pelo Sul, com R$ 2,31 bilhões; Nordeste, com R$ 1,37 bilhão; Centro-Oeste, com R$ 1,15 bilhão, e Norte, com R$ 53 milhões.

Para o presidente da FenaCap, Denis Morais, o desempenho da Capitalização de janeiro a maio demonstra o vigor do setor, que segue fortalecido a cada mês. "Entregamos produtos que transmitem segurança à população, que demonstram a robustez do setor. E esse trabalho é resultado dos investimentos que as empresas do segmento vêm realizando. A Capitalização tem diferenciais como diversidade, resiliência e capacidade de se reinventar, e os clientes entendem essa postura diante do mercado. Consequentemente, temos a adesão de novos consumidores", analisa Morais.

Barroso mantém processo de privatização da Sabesp

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, negou nesta sexta-feira (19) o pedido para suspender a privatização da Empresa Paulista de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).Ele rejeitou uma ação protocolada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para suspender o processo de venda da estatal. A fase final de liquidação deve ser concluída na nesta segunda-feira (22).

Segundo a Agência Brasil, na decisão, Barroso entendeu que as supostas ilegalidades apontadas no processo dependem de produção de provas, medida que não pode ser determinada por meio de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), tipo de processo protocolado pelo PT. Além disso, o ministro entendeu que não cabe ao Supremo avaliar as questões políticas envolvidas na privatização.

"Paralisar o processo de desestatização da companhia em sua etapa final poderia gerar prejuízos relevantes ao estado de São Paulo, configurando o grave risco de dano reverso. A desestatização foi publicizada de maneira adequada e vem seguindo o cronograma previsto, de modo que interrompê-la no âmbito de medida cautelar criaria o risco de prejuízos orçamentários relevantes, que, segundo informações prestadas, poderiam atingir a cifra de cerca de R$ 20 bilhões", justificou.

Atendendo a pedido de Barroso, a Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou nesta quinta-feira (18) ao STF um parecer contra o pedido de suspensão da privatização. Já a Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu a suspensão da privatização.

A privatização da Sabesp foi alvo de ações protocoladas pelo PT, PSOL, PV, PCdoB e Rede Sustentabilidade contra a Lei Estadual 17.853/2023, norma que autorizou a venda da estatal. As legendas alegam que o modelo de privatização é inconstitucional. Entre os argumentos apresentados, o PT, por exemplo, alega que a empresa será vendida por preço abaixo do mercado e diz que há limitação de participação de acionistas para favorecer apenas uma concorrente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CIVIL DE FINS NÃO ECONÔMICOS DENOMINADA ACADEMIA PÉROLAS NEGRAS - APN

ACADEMIA PÉROLAS NEGRAS – APN, com sede sito à Avenida Antão Bernardes, nº 3.000, bairro Fortaleza, Paty de Alferes – RJ, devidamente representado pelo Presidente, Sr. **RUBEM CESAR FERNANDES, CONVOCA**, através do presente edital, todos os associados da Instituição para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada presencialmente e por **vídeo conferência, através do aplicativo Google Meet, por meio do URL da reunião: https://** meet.google.com/nrv-cyup-jfs, **às 10hs00min, ao terceiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro,** para deliberação das seguintes matérias: a) Aprovação da Ordem do Dia; b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Academia Pérolas Negras; e c) Assuntos gerais.

Paty de Alferes, 18 de julho de 2024.

RUBEM CESAR FERNANDES - PRESIDENTE

QUEIROZ GALVÃO S.A.

CNPJ nº 02.538.798/0001-55 - NIRE 3330016738-2

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2024

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 1º de julho de 2024, às 10:00 horas, na sede da Queiroz Galvão S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, 651, Pav. 20, parte, Centro, CEP 20021-903. **PRESENÇA:** Presentes os integrantes do Conselho de Administração, abaixo assinados. **MESA:** Presidente: André de Oliveira Câncio; Secretário: Amilcar Bastos Falcão. **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Após o exame e discussão das matérias apresentadas, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, as seguintes deliberações: **(a)** Reeleger os atuais Diretores da Companhia, abaixo qualificados, para um novo mandato de 03 (três) anos, a contar desta data, isto é, com término em 30 de junho de 2027: Diretor-Presidente: **André de Oliveira Câncio**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 2.637.967, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 427.729.234-87, com endereço profissional na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, 651, Pav. 20, parte, Centro, CEP 20021-903; e Diretor: **Leandro Luiz Gaudio Comazzetto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 25.756.857-8, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 278.042.388-94, com endereço profissional na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, 651, Pav. 20, parte, Centro, CEP 20021-903. A remuneração da Diretoria da Companhia será fixada posteriormente e em ato próprio da Assembleia Geral. Os Diretores ora reeleitos são investidos em seus cargos mediante a lavratura e assinatura de termos de posse no Livro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia. DESIMPEDIMENTO: Os Diretores ora eleitos atendem aos requisitos do art. 147 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, isto é, não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **(b)** Aprovar a lavratura sumariada desta ata, determinando o arquivamento na Companhia, depois de rubricados pela mesa, dos documentos que interessam à Assembleia Geral realizada. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e a presente ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: André de Oliveira Câncio; Secretário: Amilcar Bastos Falcão. Conselho de Administração: Presidente: André de Oliveira Câncio; Conselheiros: Amilcar Bastos Falcão e Agostinho Serafim Júnior. Confere com o original lavrado no livro próprio. **Amilcar Bastos Falcão -** Secretário da Mesa. **Certidão** - Jucerja - Certifico o arquivamento em 08/07/2024 sob o nº 00006330089. Protocolo nº 2024/00556892-0 em 02/07/2024. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário-Geral.

GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA

CNPJ nº 30.029.219/0001-84

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidenta do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, inscrita no CNPJ sob nº 30.029.219/0001-84, em cumprimento às disposições estatutárias contidas no artigo 71, letra "a" do Estatuto Social, convoca os sócios em dia com suas obrigações estatutárias para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 31 de julho de 2024 (quarta-feira), às 15h, em primeira convocação, com a presença de sócios quites nunca inferior a 2/3 (dois terço) e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, de qualquer número, na forma do artigo 74 do Estatuto Social, na sede da Rua Visconde de Niterói, 1072 – Mangueira – RJ, para deliberarem nos termos definidos nesse edital, a respeito da seguinte ordem do dia: **a)** Apreciar e opinar pela aprovação da Prestação de Contas do exercício financeiro, na forma do artigo 6º do Estatuto Social da Diretoria Executiva com parecer da Comissão Fiscal; **b)** Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 22 de julho de 2024. **Guanayra Firmino dos Santos -** Presidenta.

SINDICATO DOS MOTORISTAS, AJUDANTES EMPREGADOS E AUTONOMOS DE CARGA DA REGIÃO DOS LAGOS

CNPJ: 00.368.582/0001-63

ATA DE ENCERRAMENTO REGISTRO DE CHAPAS

Às dezesseis horas e cinco minutos do dia 28 de junho de 2024, na Sede Social desta Entidade de Classe localizada na Avenida Joaquim Nogueira, 1005 – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ – CEP: 28909-490, foi encerrado o prazo para o Registro de Chapas concorrentes ao pleito que será realizado no dia 22 de julho de 2024, conforme resumo do Edital publicado no Jornal Monitor Mercantil do dia 21 de junho de 2024, pag.05. No prazo estabelecido no mencionado Edital, apresentou-se para concorrer ao pleito, uma única Chapa assim constituída: CHAPA ÚNICA – **Efetivos**: Juliano Braga Vieira, Magno de Souza Santos, Gediel de Oliveira Vasconcelos, Miriam dos Santos Barros, , Ualace Marque Braga, Aline Lucia Rodrigues **Suplentes** : Rogério da Costa Marinho. **Conselho Fiscal – Efetivo**: Fernando Antonio da Silva, Wanderson Batista da Silva, Jurandir da Conceição Silva. **Suplentes**: Diones Lima de Souza. **Delegados Representantes – Efetivos**: José Heleno de Souza **Suplente** : Alan da Silva. Conforme o Estatuto desta Entidade Sindical, , fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias corridos para impugnação das candidaturas, após a publicação deste termo, cumprindo, assim, as determinações legais pertinentes. Nada mais havendo a declarar. Publique-se. Cabo Frio, 13 de julho de 2024.

Juliano Braga Vieira - Presidente em Exercício.

GOVERNO DO ESTADO **RIO DE JANEIRO**

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS

CNPJ 04.611.818/0001-00 - NIRE 33 3 0026971-5

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS convida os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sede social, localizada na Av. Nossa Senhora de Copacabana nº 493 - 6º andar, às 10h00 do dia 31 de julho de 2024, com a opção de participar por videoconferência, via plataforma Google Meet. A ordem do dia será a seguinte: 1 - Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria Executiva e das Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 2018, 2019 e 2020. 2 - Eleição e recondução dos membros do Conselho de Administração. Toda a documentação pertinente à matéria que será deliberada na Assembleia Geral Ordinária está à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, conforme disposto no artigo 133, § 1º da Lei 6.404/76. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 19 de julho de 2024. Fabio Tadeu Nicolosi Serrão - Presidente do Conselho de Administração.

Não me Perturbe: pedidos de bloqueio superam 4.6 milhões

Entre 2 de janeiro de 2020 e 27 de junho de 2024 foram feitas na plataforma Não me Perturbe 4.682.036 solicitações de bloqueios de telefone para o recebimento de ligações de ofertas indesejadas sobre crédito consignado. Por meio da plataforma, os consumidores podem proibir que instituições financeiras e correspondentes bancárias façam contato proativamente para oferecer crédito consignado. Já os pedidos feitos para todas as instituições financeiras somaram 4.680.797.

A maioria dos pedidos de bloqueio de telefone partiu de consumidores de cidades da região Sudeste (53,38%), com 2.499.424 pedidos. A região Sul responde por 18,75% do total de pedidos (877.723), seguida pelo Nordeste (14,54%), com 680.595 pedidos. Centro-Oeste e Norte respondem por 9,70% (454.053) e 3,64% dos pedidos (170.241), respectivamente. O Estado de São Paulo, com 1.397.664 pedidos de bloqueio, lidera as queixas no país, seguido por Minas Gerais (527.14.351) e Rio de Janeiro (469.155).

Para coibir as ligações telefônicas indesejadas e o assédio comercial, por exemplo, os bancos participantes não remuneram os correspondentes em caso de novas operações em nome de consumidores que estão registrados ou desbloquearam seu número de telefone no "Não me Perturbe" há menos de 180 dias.

Autorregulação

No mês de abril de 2024 houve aumento nas sanções a correspondentes por irregularidades na concessão de crédito consignado. Foram 9 medidas administrativas, sendo 5 advertências e 4 suspensões temporárias. Com isso, subiu para 1.340 as medidas aplicadas pela Autorregulação do Consignado desde o início de sua vigência, em março de 2020. As medidas punitivas foram aplicadas em maio.

As ações também se estendem aos agentes de crédito. Desde o início do monitoramento a esses profissionais, em julho de 2023, até julho de 2024, 186 agentes foram pontuados em razão das reclamações de clientes. Cento e Quarenta e Nove atingiram 5 pontos; 22 profissionais, 10 pontos; 9 agentes, 15 pontos; e 6 atingiram a pontuação máxima, de 20 pontos, e estão suspensos de atuar com as instituições financeiras autorreguladas por 12 meses.

Participam da Autorregulação 64 instituições financeiras que representam cerca de 99% do volume total da carteira de crédito consignado no país. As regras se aplicam ao empréstimo e ao cartão consignado e visam a proteção dos direitos dos consumidores.

As 53 empresas impedidas de atuar em nome das instituições autorreguladas são as listadas abaixo:

O acompanhamento e a aferição das ações irregulares são feitos por várias fontes de informação, que refletem as reclamações dos consumidores. As infrações às regras podem acarretar às instituições financeiras multas que variam de R$ 45 mil a R$ 1 milhão. Os valores arrecadados são destinados a projetos de educação financeira.

"Os bancos seguem rigorosos ao cumprimento das regras da Autorregulação, punindo e suspendendo a atuação dos maus profissionais que operam com o crédito consignado. A continuidade das medidas administrativas reforça o compromisso do setor de assegurar um ambiente saudável e transparente aos consumidores", afirma Isaac Sidney, presidente da Febraban.

"A autorregulação do crédito consignado tem proporcionado uma resposta imediata e contundente contra os profissionais que agem de forma imprópria neste setor. Esta é uma ferramenta poderosa que as entidades de classe podem utilizar para combater práticas abusivas e preservar a credibilidade de uma das modalidades de crédito mais relevantes do mercado", afirmou a presidente da ABBC, Sílvia Scorsato.

Além da quantidade de reclamações procedentes registradas nos canais internos dos bancos ou recebidas pelos Procons, pelo Banco Central ou por intermédio da plataforma ConsumidorGovBr, são avaliados as ações judiciais e os indicadores de conformidade de uma consultoria independente, que leva em conta questões de governança, política de relacionamento com o consumidor e gestão de dados.

O consumidor também pode verificar se o correspondente é certificado e está apto a oferecer crédito consignado em nome dos bancos. A consulta é realizada por meio do CPF do profissional na base de dados da Central de Registros de Certificados Profissionais.

Petrobras e Braskem finalizam testes de HLR

A Petrobras informou que concluiu com sucesso uma sequência de testes em escala industrial para produzir uma corrente de Hidrocarbonetos Leves de Refinaria (HLR), rica em eteno, com conteúdo renovável. O projeto, em parceria com a Braskem, desenvolveu, ao longo dos últimos doze meses, uma potencial matéria-prima renovável para a indústria química.

A matéria-prima usada nos testes foi o etanol, obtido a partir de cana-de-açúcar, coprocessado na Unidade de Craqueamento Catalítico Fluido de Resíduo (URFCC) da Recap, gerando HLR com conteúdo renovável, que irá contribuir para a redução da intensidade de carbono, em comparação ao produto de origem 100% mineral. Os resultados positivos foram obtidos na Refinaria de Capuava (Recap), em Mauá (SP).

No escopo do acordo, firmado entre as duas empresas, o objetivo é identificar soluções tecnológicas para ampliar a sustentabilidade de seus portfólios, com foco nas áreas de economia circular e matérias-primas renovaveis. A produção bem-sucedida de HLR com conteúdo renovável abre novas oportunidades de negócios e fortalece a posição da Petrobras na busca por soluções sustentáveis.

A companhia está preparando suas refinarias para atender à crescente demanda por combustíveis e produtos químicos de baixo carbono, alinhando-se às expectativas do mercado e contribuindo para um futuro mais verde. A iniciativa integra o Programa BioRefino da Petrobras, que prevê o desenvolvimento de combustíveis e produtos mais sustentáveis e eficientes, com menores emissões de gases de efeito estufa.

O diretor de Processos Industriais e Produtos da Petrobras, William França, explica que o teste está alinhado à visão da companhia em criar um parque de refino adaptado a uma economia de baixo carbono. "A Petrobras está preparando as refinarias para assumirem um papel relevante em direção à transição energética, com investimentos em eficiência no consumo de energia e na redução da pegada de carbono das operações e dos produtos", afirma.

Com a tecnologia desenvolvida pelo Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação da Petrobras (Cenpes), foi demonstrada a viabilidade técnica do coprocessamento do etanol em escala industrial na Unidade de Craqueamento Catalítico Fluido de Resíduo (URFCC), sem alteração nos demais produtos da refinaria.

EGTC INFRA S.A.

CNPJ nº 03.852.459/0001-01 - NIRE 333.0032964-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2024

LOCAL, DIA E HORA: Sede da EGTC INFRA S.A. ("Companhia"), na Avenida Rio Branco, nº 156, sala 3001, Centro, CEP 20040-003, Rio de Janeiro, RJ, em 24 de junho de 2024, às 9:00 horas. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da acionista única representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **MESA:** Presidente: André de Oliveira Câncio; e Secretário: Raul Ribeiro Pereira Neto. **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão das matérias apresentadas, a acionista única da Companhia aprovou as seguintes deliberações: (i) Aprovar a lavratura sumariada desta ata, determinando o arquivamento na Companhia, depois de rubricados pela mesa, dos documentos que interessam à assembleia geral realizada; (ii) Alterar o endereço da sede da Companhia, que passa a ser na Avenida Presidente Wilson, nº 231, sal 603 e sal 604, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20030-905, com a consequente alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: ***Artigo 3º.*** *A Companhia, cuja duração será por tempo indeterminado, tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, sal 603 e sal 604, Centro, CEP 20030-905, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e instalar sucursais, filiais e escritórios, no Brasil e no exterior.* (iii) Aprovar a consolidação e publicação do Estatuto Social da Companhia, contemplando a alteração mencionada no item (ii) acima, conforme texto do Anexo I, que passa a fazer parte integrante desta assentada. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada pela acionista única da Companhia. **ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: André de Oliveira Câncio; e Secretário: Raul Ribeiro Pereira Neto. Acionista única: Queiroz Galvão S.A., por André de Oliveira Câncio; e Márcio José Pacheco de Mesquita. Confere com o original lavrado no livro próprio. **André de Oliveira Câncio** - Presidente da Mesa; **Raul Ribeiro Pereira Neto -** Secretário da Mesa. **ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, NOME FANTASIA, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO: Artigo 1º.** A **EGTC INFRA S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, subordinada à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, demais normas aplicáveis e ao disposto neste Estatuto. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto social a prática das seguintes atividades: **(a)** construção industrial e civil, de obras públicas ou privadas; **(b)** montagens industriais e civis, para clientes públicos ou da iniciativa privada; **(c)** importação e exportação de materiais, peças e equipamentos ligados às atividades de construção e de montagem civil e industrial; **(d)** compra e venda de materiais, peças e equipamentos ligados às atividades de construção e de montagem civil e industrial; **(e)** realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos; **(f)** participação em procedimentos concorrenciais, licitações e certames visando a execução dos serviços previstos em seu objeto social; **(g)** prestação de serviços e realização de atividades pertinentes e correlatas às do objeto social da Companhia; **(h)** participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, quando ligadas às atividades de seu objeto social; **(i)** participação em consórcios de sociedades quando para desenvolver atividades relacionadas a seu objeto social; **(j)** execução de serviços combinados de escritório e apoio administrativo e **(k)** realização de obras de infraestrutura; e **(l)** a realização de serviços especializados para construção. **Parágrafo Único.** As atividades constantes do objeto social da Companhia poderão ser desenvolvidas no Brasil ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia, cuja duração será por tempo indeterminado, tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, sal 603 e sal 604, Centro, CEP 20030-905, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e instalar sucursais, filiais e escritórios, no Brasil e no exterior. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 4º.** O capital social é de R$344.596.154,00 (trezentos e quarenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta e quatro reais), representado por representado por 207.546.710 (duzentos e sete milhões, quinhentas e quarenta e seis mil, setecentas e dez) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. **Artigo 5º.** Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações não serão representadas por cautelas, comprovando-se a sua titularidade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia poderá emitir, a qualquer tempo, obedecidas as prescrições legais, ações nominativas ordinárias ou preferenciais, estas sem direito a voto. **Parágrafo Segundo.** É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias. **CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE: Artigo 6º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Prágrafo Único.** A Diretoria terá os poderes e atribuições conferidos pelas leis aplicáveis, por este Estatuto e pelas normas que venham a ser estabelecidas pela Assembleia Geral. **SEÇÃO I - DA DIRETORIA: Artigo 7º.** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 3 (três) integrantes, acionistas ou não, todos eles residentes no País, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** Compete aos integrantes da Diretoria a representação da Companhia e a prática dos atos regulares de gestão que lhes são atribuídos por este Estatuto Social, pelas normas que venham a ser estabelecidas pela Assembleia Geral e por lei. **Parágrafo Segundo.** Os integrantes da Diretoria tomarão posse de seus cargos, dispensados de prestar caução, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da eleição, mediante assinatura do respectivo termo, lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, ressalvada a hipótese de, presentes, assinarem a Ata da Reunião da Assembleia Geral que os eleger, o que valerá, nesse caso, também como Termo de Posse. **Parágrafo Terceiro.** Em caso de licença, impedimento temporário ou vacância, caberá à Assembleia Geral escolher o substituto do licenciado, impedido ou titular do cargo vago, na primeira reunião que se seguir ao acontecimento. O substituto permanecerá no cargo até o desimpedimento ou o término da licença do substituído, ou até o final do mandato da Diretoria. **Parágrafo Quarto.** Vencido o mandato dos integrantes da Diretoria, este será considerado automaticamente prorrogado até a ocorrência de Assembleia Geral que eleja novos membros ou reeleja aquela em exercício. **Artigo 8º.** A Diretoria administrará a Companhia obedecendo rigorosamente ao disposto neste Estatuto, em especial ao que reza o seu artigo 9º, na legislação aplicável e nas normas que venham a ser estabelecidas pela Assembleia Geral, sendo vedado aos seus integrantes, isolada ou conjuntamente, a prática de atos em nome da Companhia, estranhos aos seus objetivos. **Artigo 9º.** Compete à Diretoria: (i) cumprir as disposições deste Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral; (ii) a prática de todos os atos necessários ao funcionamento normal da Companhia, inclusive a representação em juízo ou fora dele, no país ou no exterior, e ainda: (a) mediante a assinatura individual de qualquer dos integrantes da Diretoria: (a.1) representar a Companhia perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas, inclusive em procedimentos de licitação, podendo, para esse fim, assinar propostas, declarações e documentos afins; (a.2) outorgar procurações ad judicia e aquelas que confiram poderes de representação judicial da Companhia, inclusive para fins de depoimento pessoal; (a.3) praticar atos relativos a registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários. (b) mediante a assinatura conjunto de 2 (dois) dos integrantes da Diretoria, poderão ser praticados todos os demais atos de gestão, inclusive, mas não se limitando a, obrigações em geral, no Brasil ou no exterior; operações financeiras, de crédito e de financiamento em geral; outorga de garantias; alienação e constituição de ônus sobre bens, inclusive do ativo não circulante; constituição de consórcios, de sociedades de propósito específico e de subsidiárias da Companhia. **Artigo 10.** Para a prática dos atos a que se refere o artigo anterior, poderão ser outorgadas procurações pela Companhia, com poderes específicos, inclusive quanto aos limites de valor: (a) Mediante a assinatura individual de um Diretor, em relação aos atos previstos no Artigo 9º, alínea (a); e (b) Mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, em relação aos atos previstos no Artigo 9º, alínea (b). **Parágrafo Único.** As procurações outorgadas pela Companhia terão prazo de validade fixado nos respectivos instrumentos, não podendo tal prazo ser superior a 12 (doze) meses, ressalvados os instrumentos que contemplem poderes da cláusula ad judicia e os mandatos outorgados no âmbito de financiamentos de longo prazo da Companhia ou de suas controladas, que poderão ter prazo indeterminado. **CAPÍTULO IV - CONSELHO FISCAL: Artigo 11.** O Conselho Fiscal, não permanente, quando instalado na forma da Lei, terá 03 (três) integrantes efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, e que preencham os requisitos da legislação aplicável. **Parágrafo Único.** O Conselho Fiscal, quando instalado, funcionará até a primeira Assembleia Geral Ordinária que seguir àquela de eleição, e terá as funções e competência previstas em Lei. **CAPÍTULO V - ASSEMBLEIA GERAL: Artigo 12.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e extraordinariamente, sempre que convocada, na forma da lei. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral será presidida e secretariada, preferencialmente, por acionistas da Companhia e/ou por seus Diretores. **Artigo 13.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, e instalar-se-á na forma prevista na lei. **Artigo 14.** Compete à Assembleia Geral deliberar e decidir sobre todas as matérias e negócios relativos ao objeto da Companhia, tomando as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Parágrafo Único.** Além das matérias que por lei e por este Estatuto, sejam de competência da Assembleia Geral, compete-lhe também, fixar os honorários individuais ou globais dos integrantes da Diretoria. **CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL: Artigo 15.** O exercício social começará em 1º de janeiro de cada ano e terminará em 31 de dezembro do mesmo ano, coincidindo com o ano civil. **Artigo 16.** No fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras previstas em lei, baseadas na escrituração mercantil da Companhia. A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual e declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços. **Artigo 17.** Do lucro líquido do exercício, serão destinados: a) 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social; b) 3% (três por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia poderá deixar de constituir reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do valor das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** A acionista única poderá deliberar sobre a distribuição de dividendos inferior ao constante deste artigo, ou a retenção de todo o lucro. **Parágrafo Terceiro.** A Diretoria poderá propor e a Assembleia aprovar a distribuição antecipada de dividendos, à conta dos dividendos do exercício. Não havendo distribuição antecipada, os dividendos serão pagos durante o exercício em que tiverem sido aprovados. **Parágrafo Quarto.** Os dividendos não reclamados dentro de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia. **CAPÍTULO VII - JUÍZO ARBITRAL: Artigo 18.** A Companhia, seus acionistas, e seus Diretores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou decorrente, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, conforme o caso. **Parágrafo Primeiro.** As disputas ou controvérsias serão solucionadas por meio de arbitragem a ser administrada pelo Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá ("Câmara"), de acordo com o disposto no regulamento da Câmara ("Regulamento da Câmara"). **Parágrafo Segundo.** A arbitragem será decidida por um tribunal arbitral sediado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, constituído por 3 (três) árbitros a serem nomeados nos termos do Regulamento da Câmara. Não será permitida a instauração de arbitragem multilateral, ou seja, de procedimento arbitral composto por mais de dois polos antagônicos entre si. Será, contudo, permitido haver mais de uma parte, pessoa física ou jurídica, em um dos polos. **Parágrafo Terceiro.** Todo o procedimento arbitral será em língua portuguesa e serão aplicadas as leis brasileiras, inclusive, mas não se limitando, a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei Brasileira de Arbitragem). **Parágrafo Quarto.** A Câmara deverá proferir sua sentença no Brasil, no prazo máximo de 12 (doze) meses contados da data de início da arbitragem, observado que referido prazo poderá ser prorrogado pela Câmara por um período adicional de até 6 (seis) meses, desde que justificadamente. **Parágrafo Quinto.** Os honorários dos advogados e demais despesas e custos decorrentes do procedimento arbitral serão suportados por uma ou por ambas as partes, como for decidido pela Câmara. **Parágrafo Sexto.** Em face da presente cláusula compromissória, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e cumprida por solicitação do tribunal arbitral ao juiz estatal competente, ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela parte requerida. **Parágrafo Sétimo.** As partes envolvidas na arbitragem deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem. **CAPÍTULO VIII - LIQUIDAÇÃO: Artigo 19.** A dissolução e liquidação da Companhia far-se-á de acordo com o que resolver a Assembleia Geral, obedecendo às prescrições legais. Rio de Janeiro/RJ, 24 de junho de 2024. **André de Oliveira Câncio** - Presidente da Mesa. **Raul Ribeiro Pereira Neto -** Secretário da Mesa. **Certidão** - Jucerja - Certifico o arquivamento em 10/07/2024 sob o nº 00006334654. Protocolo nº 2024/00571461-7 em 08/07/2024. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.

SHORE OFFSHORE SERVICES, LLC

(a "**Sociedade**")

DELIBERAÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade é a única sócia da Filial Brasileira, consente e adota as seguintes deliberações: ***Aprovação de Redução de Capital da Filial Brasileira.*** **CONSIDERANDO QUE**, a Sociedade constituiu filial no Brasil em 26/09/2019, localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 309, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.040-010, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/ME) sob o nº 35.619.381/0001-76, com suas deliberações constitutivas registradas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11/10/2019 sob o NIRE 335.0003639-7 ("Filial Brasileira"). **CONSIDERANDO QUE**, a Sociedade deseja reduzir o capital social da Filial Brasileira em razão de ter o mesmo tornado excessivo em relação aos recursos necessários para o desenvolvimento das atividades da Filial Brasileira, conforme permissão do art. 1.082, II, do Código Civil. **AGORA, PORTANTO, FICA RESOLVIDO** que a Sociedade aprova a redução de capital social no montante de **R$ 1.738.514,21**. Em razão desta deliberação, o capital social da Filial Brasileira passará de R$8.137.195,82 para **R$6.398.681,61**. O montante resultante da redução do capital será reembolsado à Sociedade, mediante a restituição do capital investido na Filial Brasileira, por transferência internacional mediante celebração de contrato de câmbio. Respeitado o prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação desta ata, caso não haja impugnação desta deliberação de redução do capital por credores da Filial Brasileira, ou, caso eventual oposição de credor seja superada por pagamento ou depósito judicial da quantia reclamada, serão tomadas todas as medidas necessárias para o arquivamento desta ata para refletir o novo capital social após a sua redução. **EM TESTEMUNHO DO QUE**, o abaixo assinado celebrou a presente Deliberação, que entrará em vigor na data de sua assinatura. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2024. **SHORE OFFSHORE SERVICES, LLC** (P/p: Nilo Cunha Furtado de Mendonça).

Atualização de software defeituosa provoca ‘apagão’ cibernético mundial

Ações da CrowdStrike chegaram a cair 18%

Uma atualização de software defeituosa da empresa de segurança cibernética CrowdStrike na manhã desta sexta-feira afetou computadores que executam o Microsoft Windows em organizações, provocando um “apagão” que causou grandes interrupções de Tecnologia de Informação (TI), afetando bancos, companhias aéreas e empresas em todo o mundo.

A CrowdStrike é uma empresa norte-americana de segurança cibernética. Ela divulgou uma nota na qual assume a responsabilidade pelo apagão cibernético que afetou diversas empresas e serviços em diversos países. Ela tem quase 60% das empresas que integram a lista da Fortune 500 e mais da metade das empresas da Fortune 1.000 como clientes, de acordo com o site da companhia. Abriu o capital em 2019 e mudou sua sede do Vale do Silício, na Califórnia, para Austin, em 2021.

A CrowdStrike tinha um valor de mercado de US$ 83,48 bilhões no fechamento do mercado na quinta-feira. As ações da companhia chegaram a cair 18% nesta sexta-feira, mas no fechamento às 16h (NY) registravam queda de 11,1%. No pós-mercado, as ações mostravam reação.

Autoridades federais dos EUA anunciaram uma interrupção do tráfego aéreo em todo o país devido às interrupções. As companhias aéreas e os aeroportos da Alemanha, França, Países Baixos, Reino Unido, Austrália, China, Japão, Índia e Singapura também relataram problemas com os sistemas de check-in e de emissão de bilhetes, resultando em atrasos nos voos.

Os relatórios de falhas estavam relacionados ao serviço de segurança baseado em nuvem “Falcon Sensor”, disse a CrowdStrike. Seu presidente-executivo, George Kurtz, confirmou em uma postagem no X-Twitter que um “defeito” em uma atualização de conteúdo para hosts do Windows causou a interrupção.

STF

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou que também foi afetado pelo apagão cibernético que derrubou sistemas de informática em todo o mundo.De acordo com a Corte, a interrupção dos serviços eletrônicos ocorreu durante a madrugada de desta sexta-feira. Por volta das 7h, o site do Supremo foi restabelecido, e os sistemas judiciais foram retomados.

O problema decorre de uma atualização de conteúdo para computadores com o sistema operacional Windows, da Microsoft, relacionados ao sensor Falcon. O computador trava e aparece a chamada “tela azul da morte”, que indica que há problemas com a máquina.

Além do Supremo, os sistemas de aeroportos, hospitais e bancos também foram afetados no Brasil.

Seguros

O apagão cibernético que afetou os diversos serviços ao redor do mundo, como o transporte aéreo, canais digitais de bancos, e o setor de telecomunicações nesta sexta-feira, 19, não afetou o funcionamento das soluções tecnológicas oferecidas pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) para as seguradoras nacionais.

O diretor de Serviço às Associadas da CNseg, André Vasco, informou que a entidade “monitora a situação de perto para garantir a estabilidade e segurança dos serviços”. O incidente foi reportado pela entidade por meio do Compartilhamento de Incidentes Cibernéticos (CIC), uma solução da confederação que agiliza a notificação das vulnerabilidades e permite que as organizações tomem ações preventivas, como o isolamento de sistemas em risco ou a aplicação imediata de correções. “É um sistema importante nessas circunstâncias de vulnerabilidade diante dos desafios cibernéticos”.

Esta é uma das 32 soluções tecnológicas desenvolvidas pela Diretoria de Serviços às Associadas da CNseg. Em comum, todas elas contribuem para a prevenção e o combate à fraude no setor de seguros, além de trazer outros benefícios nas operações. Entre em contato com comercial@cnseg.org.br para monitorar e validar o incidente reportado e compartilhar com o mercado.

Aviões e bancos

Algumas empresas brasileiras, em especial do setor aereoportuário e bancário. Há queixas de usuários de aplicativos de bancos fora do ar e de atrasos de voos, em geral por dificuldades no sistema de check-in A companhia aérea Azul informou que, devido à intermitência no serviço global do sistema de gestão de reservas, alguns voos podem sofrer atrasos pontuais. “A recomendação é que os clientes que possuem voo hoje, e ainda não realizaram o check-in, cheguem ao aeroporto mais cedo, e dirijam-se ao balcão de atendimento da companhia.”

No Aeroporto Internacional de Brasília, administrado pela Inframerica, o impacto foi muito pouco, restrito a voos da Azul. Até as 11 horas deesta sexta-feira, cinco voos da empresa decolaram com atraso. Outros três ainda se encontravam atrasados. Diante da falha no sistema, o check-in passou a ser feito de forma manual, enquanto o sistema esteve fora do ar. “Outras companhias não reportaram impacto”, informou a Inframerica.

No Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, ocorreram alguns problemas devido à intermitência no sistema de check-in. Com as empresas passando a fazer o procedimento manualmente, não houve maiores impactos, segundo a Infraero, administradora do aeroporto.

A Força Aérea Brasileira não foi afetada pelo apagão cibernético. “O sistema de controle do espaço aéreo brasileiro, incluindo todos os equipamentos e softwares utilizados pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo, permaneceu operando normalmente durante o período. Não houve impacto nos serviços de navegação aérea providos, mantendo-se o elevado nível de segurança das operações”, informou a FAB.

A Ryanair, maior companhia aérea da Europa em número de passageiros, também alertou sobre problemas em seus sistemas de reserva.

Clientes do Bradesco foram surpreendidos com uma falha no aplicativo do banco que, durante a manhã, apresentava uma mensagem dizendo que “em virtude de um apagão cibernético global, alguns canais digitais do Bradesco apresentam indisponibilidade”. O banco sugeriu, a seus clientes, que não desinstalem o aplicativo para não perderem a chave de segurança. Em nota à imprensa, o Bradesco informou que equipes estão atuando para regularização o mais breve possível, e que seus terminais de autoatendimento funcionam normalmente.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a maioria das instituições financeiras brasileiras já normalizou seus serviços ainda pela manhã. “As demais estão em avançado estado de normalização e trabalhando para garantir o funcionamento de seus serviços rapidamente”, acrescentou ao informar que “alguns sistemas das instituições financeiras brasileiras chegaram a ser temporariamente afetados em diferentes escalas pela atualização do antivírus CrowdStrike, mas nada que comprometesse a prestação de serviços de forma relevante”. O Banco Central informou que seus sistemas estão operando normalmente.

HPC ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS S.A.

CNPJ: 12.757.181/0001-84

Balanços Patrimoniais em 31/12/2023 e 31/12/2022 - Em Reais

ATIVO	2.023	2.022
CIRCULANTE	**9.190**	**9.190**
Caixa e Bancos	9.190	9.190
NÃO CIRCULANTE	**2.322.226**	**2.837.087**
INVESTIMENTOS	**2.322.226**	**2.837.087**
Participação em outras empresas	2.322.226	2.837.087
TOTAL DO ATIVO	**2.331.416**	**2.846.277**
PASSIVO	**2.023**	**2.022**
CIRCULANTE	**266.785**	**266.785**
Contas a Pagar	0	0
Tributos a Recolher	0	0
Credores Diversos	266.785	266.785
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.064.631**	**2.579.492**
Capital Social	6.002.483	6.002.483
Reserva de Capital	0	0
Reserva Legal	0	0
Prejuizos Acumulados	-3.937.852	-3.422.991
TOTAL DO PASSIVO	**2.331.416**	**2.846.277**

Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2023 e 31/12/2022 em Reais

DESCRIÇÃO	2.023	2.022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**0**	**0**
RECEITA OPERACIONAL	0	0
RECEITAS DE DIVIDENDOS	0	0
DEDUÇÕES DA RECEITA	0	0
DESPESA OPERACIONAL	**0**	**0**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0	0
IMPOSTOS E TAXAS	0	0
DEPRECIAÇÃO	0	0
OUTRAS RECEITAS	**-514.861**	**-781.735**
RECEITAS FINANCEIRAS	0	0
DESPESAS FINANCEIRAS	0	0
LUCROS E PREJUIZOS DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-514.861	-781.735
GANHOS E PERDAS COM INVESTIMENTOS	0	0
RESULTADO EXERCICIO	**-514.861**	**-781.735**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31/12/2023 - Em Milhares de Reais

Descrição	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2017	**6.002.483**	**0**	**0**	**-3.422.991**	**2.579.492**
Aumento de Capital	**0**	0	**0**	**0**	**0**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Prejuízo do Exercício	0	**0**	0	**-514.861**	**-514.861**
Distribuição de Resultados	**0**	0	0	**0**	**0**
Saldo em 31/12/2018	**6.002.483**	**0**	**0**	**-3.937.852**	**2.064.631**

Cumprindo determinações estatutárias e legais, apresentamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Exercício findo em 31/12/2023.

Demostrativo do Fluxo de Caixa em 31/12/2023- em Reais

	2.023
OPERAÇÕES	
(+) Disponibilidade no Início do Período	**9.190**
Resultado Líquido do Período	-514.861
Ganho com Participação Societária	
Equivalência Patrimonial	514.861
Resultado Líquido Ajustado	**0**
Redução (Aumento) de contas do Ativo	**0**
Adiantamentos	0
Aumento (Redução) de Contas do Passivo	**0**
Contas a Pagar	0
Credores Diversos	0
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	0
(+) Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**0**
Investimentos	
Integralização em Participações em Coligadas e Controladas	**0**
Baixas de Participações em Coligadas e Controladas	0
Alienação de Participação Societária	0
Aquisições de Imobilizado	0
(+) Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	**0**
Financiamentos	
Empréstimos e Financiamentos	0
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0
Aumento de Capital	0
Baixa de Imobilizado	0
	0
(+) Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	**0**
(=) Disponibilidades no Final do Período	**9.190**
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	9.190
No final do período	9.190
Consumo líquido de caixa e equivalentes de caixa	**0**

Cumprindo determinações legais, apresentamos o Demostrativo de Fluxo de Caixa findo em 31/12/2023.
As Notas Explicativas fazem parte destas demonstrações.

Celia Regina Penna Chaves
Diretor

Paulo Roberto Dayube Cruz Filho
Contador - CRC/RJ n° 115592/O-0